

BRUNA CRISTINA ODPPEs

A CONCESSÃO DE CRÉDITO NO BRASIL APÓS A CRISE DE 2008

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Fabiano Abranches Silva Dalto

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

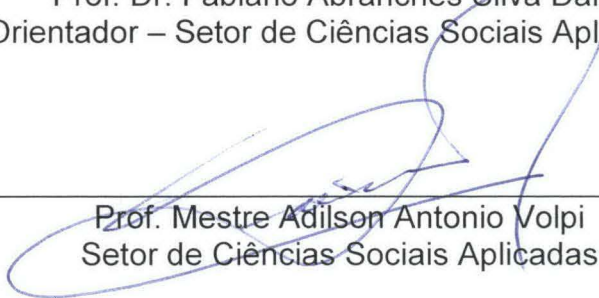
BRUNA CRISTINA ODPPEs

A CONCESSÃO DE CRÉDITO NO BRASIL APÓS A CRISE DE 2008

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Orientador – Setor de Ciências Sociais Aplicadas



Prof. Mestre Adilson Antonio Volpi
Setor de Ciências Sociais Aplicadas



Prof. Dr. Jose Guilherme Silva Vieira
Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Curitiba, 18 de março de 2013

RESUMO

O presente trabalho apresentará um estudo sobre a concessão de crédito bancário durante o período de 2005 a 2011, identificando quais foram as mudanças ocorridas nesta concessão durante a crise de 2008. Para tanto usou-se como referencial teórico as teorias de formação de expectativas sob incerteza e a preferência pela liquidez de Keynes e a teorias de instabilidade financeira e sistema bancário de Minsky. Também foram analisadas demonstrações contábeis de bancos brasileiros e realizado um exercício com a hipótese de como ficaria a concessão de crédito caso os bancos públicos se comportassem da mesma forma que bancos privados.

Palavras-chave: concessão de crédito, crise de 2008, crescimento, bancos públicos

ABSTRACT

This paper will present a study on bank lending during the period from 2005 to 2011 identifying what happened to this concession mainly during the 2008 crisis. For this, theories of expectations formation under uncertainty and liquidity preference theories of Keynes and financial instability and banking system of Minsky were used as theoretical framework. The financial statements of Brazilian banks were also analyzed and an exercise was done with the hypothesis about how would the bank lending be if public banks behave in the same way that private banks.

Keywords: bank lending, 2008 crisis, public banks, bank behavior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 A CRISE DE 2008	6
3 A CRISE NO BRASIL	7
4 TEORIA KEYNESIANA	9
4.1 FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS SOB INCERTEZA	9
4.2 PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ.....	11
5 TEORIA DE MINSKY	13
5.1 INSTABILIDADE FINACEIRA.....	13
5.2 SISTEMA BANCÁRIO	15
6 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CRÉDITO BANCÁRIO	17
6.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	17
6.2 SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO	19
6.2.1 BANCO DO BRASIL.....	21
6.2.2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	24
6.3 SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO NACIONAL.....	25
6.3.1 ITAÚ.....	27
6.3.2 BRADESCO.....	29
6.4 SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO ESTRANGEIRO	31
6.4.1 HSBC.....	32
6.4.2 SANTANDER.....	34
7 ANÁLISE DO SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO SOB AS TAXAS DE CRESCIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO	35
8 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Em meados do ano de 2008 o mundo presenciou o início de uma crise que tomaria proporções globais. Era a crise do *subprime*, que se iniciou nos Estados Unidos e se espalhou por diversos países em alta velocidade.

A principal causa da crise foi a inadimplência de tomadores de créditos imobiliários, porém o fator predominante para que ela se disseminasse com tamanha rapidez foi a securitização dessas operações, a transformação destes créditos em derivativos.

Dessa forma o problema não se restringiu aos Estados Unidos, pois estes derivativos estavam espalhados em diversos países. A crise foi de grandes proporções, pois fez com que todo o cenário econômico se alterasse, mudando assim as expectativas e grau de confiança dos agentes.

O Brasil, como esperado, também sofreu conseqüências desta crise em vários setores da economia, os quais não serão enumerados aqui. A atenção será voltada para a concessão de crédito bancário no Brasil neste período.

Para tanto foram analisados as informações contábeis de seis principais bancos brasileiros: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, HSBC e Santander. O estudo compreende o período de 2005 a 2011, período suficiente para demonstrar a mudança ocorrida.

Esta análise tem por base as teorias de Keynes sobre a Formação de Expectativas sob incerteza e Preferência pela Liquidez, bem como as teorias do pós keynesiano Minsky, sobre a Instabilidade Financeira e Sistema Bancário.

Por fim foi realizado um exercício de comparação entre como se comportou realmente a concessão de crédito no sistema financeiro nacional e como teria se comportado caso os bancos privados tivessem agido da mesma forma que os bancos públicos agiram.

2 A CRISE DE 2008

A crise de 2008, ou também chamada de crise do *subprime*, começou nos Estados Unidos no mercado de derivativos das hipotecas imobiliárias daquele país e se espalhou para o resto da economia pelo canal do sistema de crédito e de capitais. Segundo Bresser Pereira esta é uma crise de confiança, que fez com que os agentes preferissem a liquidez e assim liquidassem seus créditos deixando os bancos em uma situação próxima da quebra. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 5)

O cenário econômico de prosperidade nos Estados Unidos permitiu que fosse explorado o mercado de hipotecas imobiliárias, sem muito critério com relação aos tomadores. (CARVALHO, 2008, p. 16) A eclosão da crise ocorreu quando a capacidade de pagamento dos tomadores diminuiu, devido à elevação da taxa de juros, e foi agravada, pois as operações haviam sido securitizadas.(BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 5)

Essa transformação de créditos hipotecários em derivativos faz parte de uma inovação financeira das instituições bancárias para excluir de seus balanços o risco do crédito. A securitização tem efeito multiplicador, tornando incalculável a soma dos prejuízos potenciais e a extensão dos prejuízos, pois a distribuição é global. (FARHI et al., 2008, p. 26)

Em meados de 2006, com o reajuste das taxas de juros, começaram a surgir os inadimplentes. Isso acarretou temor nos investidores que compraram títulos securitizados, pois perceberam que a chance de não receber o esperado era grande. A expectativa de não receber fez com que corresse ao mercado para tentar vender os papéis, porém não havia muitos compradores interessados. Os detentores dos papéis ficaram expostos ao risco de liquidez, ou seja, ao risco de não conseguir se livrar dos ativos sem que haja prejuízo. (CARVALHO, 2008, p. 17)

A dificuldade de vender títulos reduziu drasticamente seu valor fazendo com que muitas instituições financeiras tornassem-se insolventes e decretassem falência. Alguns bancos foram fechados, sofreram intervenção ou foram vendidos a outras instituições. A falência desses bancos, como o Lehman Brothers, que culminou no desenrolar da crise, trouxe ainda mais medo e desconfiança pois afeta também a sociedade que começa a temer por suas economias.

3 A CRISE NO BRASIL

Neste capítulo será apresentado um panorama geral de como a crise de 2008 chegou ao Brasil. Também serão relatadas algumas atitudes tomadas pelo governo no sentido de conter a crise, ou não permitir que ele se alastrasse por um período muito longo.

A crise começou a ser sentida pelo Brasil em meados de 2008 quando ocorreu a quebra do banco americano Lehman Brothers. A partir daí ficou claro que a crise era sistêmica e que não tardariam a aparecer os efeitos na economia brasileira.

O clima de incerteza que tomou conta dos mercados acabou por desestabilizar o câmbio sendo que o dólar chegou a ser cotado em torno de R\$ 2,30 em outubro de 2008. Isso gerou uma das primeiras consequências da crise para o Brasil já que os exportadores brasileiros tiveram significativos prejuízos com a desvalorização da moeda. (OREIRO; BASILIO, 2008, p. 69).

Além dessa desvalorização do real os exportadores amargaram também com a redução de preços das *commodities*, aumentando dessa forma os prejuízos sofridos. (SILVA; RESENDE, 2008, p. 83)

Os financiamentos tomados pelas empresas no exterior para investimento também se reduziram, tendo essas empresas que se voltar para o mercado doméstico. O problema é que a concessão de crédito internamente também se reduziu. Os bancos diante da crise preferiram preservar a liquidez e dessa forma ocorreu um arrefecimento no crédito e aumento nos *spreads*. . (TERRA; SILVA, 2010, p. 91)

Em decorrência da diminuição de fontes de financiamento para suprir a indústria e também da queda no consumo de bens duráveis houve uma queda nos investimentos. Com menos investimentos o nível de produção também caiu tendo como consequência cortes no emprego e diminuição da renda da economia. (idem)

Em meio a este cenário o governo brasileiro adotou uma série de medidas de forma a atenuar os efeitos provocados pela crise nos diversos setores da economia. Dentre as medidas adotadas podemos destacar:

- a) Cortes na taxa básica de juros visando aumento do investimento;

- b) Redução no compulsório bancário para estimular concessão de crédito;
- c) Isenção do IPI de veículos com intuito de estimular as vendas e a produção;
- d) Subsídios a construção para manter o dinamismo do setor. (idem)

O impacto que a crise trouxe ao sistema bancário, mais especificamente a concessão de crédito será mais cuidadosamente abordado em capítulo exclusivo para análise dos impactos da crise na concessão de crédito no Brasil.

4 TEORIA KEYNESIANA

Serão abordados nesta sessão alguns aspectos relacionados a teoria de John Maynard Keynes quanto a decisão dos agentes, que neste caso serão os bancos, com relação as expectativas e também com relação a sua preferência pela liquidez.

De acordo com a teoria keynesiana uma das atividades realizadas pelos bancos é a criação de crédito independentemente de um depósito prévio (DE PAULA, 2006). Sendo assim, é preciso entender um pouco sobre as expectativas e sobre a preferência pela liquidez para entender como as instituições bancárias definem sua propensão a emprestar.

4.1 FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS SOB INCERTEZA

A teoria Keynesiana de formação de expectativas sob incerteza compreende principalmente a renda esperada quando se realiza um investimento sob essas condições. Isso pode ocorrer, por exemplo, com um produtor que faz uma estimativa de quanto receberá pelo produto acabado se iniciar hoje sua produção. Outro exemplo, mais adequado a esta análise, é a expectativa de retorno que terá um banqueiro caso realize um empréstimo hoje para um tomador que irá repor este capital em várias parcelas. (KEYNES, 1973, p. 159)

Assim como o produtor, o banqueiro e todos os outros agentes da economia baseiam a formação de suas expectativas em fatos atuais. Segundo Keynes, consideramos o presente para projetá-lo no futuro a não ser que haja motivo para esperarmos uma mudança. Além disso a expectativa a longo prazo depende também do grau de confiança que mantemos naquilo que vamos projetar para o futuro. (KEYNES, 1973, p. 160).

A avaliação de investimentos ficou mais fácil depois do surgimento da bolsa de valores. Com a bolsa é possível que cada indivíduo reveja suas posições de investimento mantendo-as ou alterando-as de acordo com suas expectativas.

“... a bolsa de valores reavalia, todos os dias, os investimentos, e estas reavaliações proporcionam a oportunidade freqüente a cada indivíduo

(embora isto não ocorra para a comunidade como um todo) de rever suas aplicações.” (KEYNES, 1973, p. 162)

As avaliações de mercado segundo Keynes, supõem-se corretas em relação ao que podemos esperar dos fatores que influenciem renda e investimento. Dessa forma recorre-se a uma convenção, ou seja, espera-se que a situação existente continue a não ser que haja razões concretas para se esperar uma mudança.

“Desse modo, o investimento torna-se razoavelmente “seguro” para o investidor individual em períodos curtos e , por conseqüência, para uma sucessão de tais períodos, por mais numerosos que sejam, desde que ele possa razoavelmente confiar na validade do raciocínio, e portanto tenha a oportunidade de rever suas decisões e modificar o investimento antes que haja tempo suficiente para que ocorram grandes alterações”(KEYNES, 1973, p. 163).

Nos casos das instituições que concedem crédito é preciso levar em conta não somente a expectativa do tomador de crédito mas também a expectativa da própria instituição, já que é ela a responsável pela oferta. É preciso que o banco tenha certo grau de confiança no tomador e não apenas na comunidade como um todo. Esse grau de confiança, segundo Keynes, é certas vezes chamado de condições de crédito. Keynes ainda pondera que o enfraquecimento do crédito pode ser suficiente para levar a uma crise, porém o seu fortalecimento, por si só, não seria suficiente para saná-la. A reversão de uma crise necessitaria da aliança do crédito com o resgate da confiança especulativa. (KEYNES, 1973, p. 167)

A especulação, para Keynes, consiste em prever a psicologia do mercado e estará tanto mais presente quanto maior for a organização dos mercados de investimento. O mercado norte americano sofre uma grande influência da especulação, devido a facilidade de acesso às bolsas de valores e o custo reduzido, fazendo com que os americanos não busquem obtenção de renda no mercado de capitais, apenas a especulação.

Como no Brasil e no Reino Unido o acesso é mais difícil e mais oneroso o número de especuladores é mais reduzido. “Os especuladores podem não causar dano quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento; mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas no turbilhão especulativo” (KEYNES, 1973, p. 168)

A idéia principal do autor pode ser identificada no comportamento dos bancos brasileiros com relação a concessão de crédito quando ocorreu a crise. Assim como

em momentos de expansão a convenção é aumentar a concessão de crédito, em um período de crise o movimento será de retração e restrição de crédito.

A parte empírica deste trabalho irá demonstrar exatamente o efeito exposto acima. No segundo semestre de 2008 a tendência dos bancos atuantes no Brasil foi a de retrain o crédito. A expectativa havia mudado, assim como o estado de confiança dos agentes. Porém, mesmo nesse cenário, alguns agentes irão contra o fluxo esperado. Esses agentes são os bancos públicos, que estão a serviço do Estado e não sofrem das mesmas influências que fazem flutuar a “estimativa de mercado da eficiência marginal dos diversos tipos de capital.”

4.2 PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ

De acordo com a teoria Keynesiana uma das atividades realizadas pelos bancos é a criação de crédito independentemente de um depósito prévio (DE PAULA, 2006), ainda segundo essa teoria, a motivação para a busca de crédito junto aos bancos é a demanda pelo motivo financeiro, ou seja, uma antecipação frente a alguma despesa discricionária (CARVALHO, 2007, p. 52-53).

Na teoria Keynesiana a moeda não é apenas meio de troca, mas também reserva de valor já que ela pode transportar riqueza de um período de tempo para outro. A moeda tem papel duplo de meio de pagamento e reserva de valor e seu prêmio de liquidez é o maior dentre os ativos (CARVALHO et al., 2007, p. 46).

Os motivos pelos quais o público demanda moeda, ou em outras palavras, tem preferência pela liquidez. São eles: motivo transação, motivo precaução e motivo especulação

O motivo transação é a retenção de moeda para realização de transações correntes comerciais ou pessoais, o fluxo entre pagamentos e recebimentos. O motivo precaução refere-se à retenção de moeda para atender a oportunidades inesperadas ou para enfrentar um futuro incerto. Este motivo mantém uma relação estável com o nível de renda e com a atividade econômica geral. O motivo especulação relaciona-se com a incerteza na taxa futura de juros e a oportunidade de obter lucros por antever melhor o mercado futuro. O comportamento especulativo

tende a deixar as economias em situação instável e mais vulneráveis.(KEYNES, 1973, p.178)

Dessa forma, quando não há um mercado de capitais organizado existe uma preferência maior pela liquidez fazendo prevalecer o motivo precaução. Já quando ocorre o contrário, quando o mercado organizado existe, o motivo especulação é o que prevalece fazendo com que a preferência pela liquidez tenha amplas variações. (idem)

A demanda pelo motivo especulação é alterada por variações na taxa de juros. Essas variações na taxa de juros podem ser ocasionadas por mudanças na disponibilidade de moeda ou por alterações nas expectativas dos agentes. (AMADO, 2004, p. 508)

Por ser um ativo líquido a moeda tem a capacidade de acalmar os agentes em momentos de incerteza. Sendo assim, quanto maior a incerteza perante o futuro, maior será a tendência dos agentes reterem moeda. Em um cenário de expectativas pessimistas os agentes recorrem a um ativo de segurança, que é a moeda. Quanto maior a incerteza no futuro, maior a preferência pela liquidez (CARVALHO et al., 2007, p. 46).

Nas palavras de Keynes:

“Há, todavia, uma condição necessária sem a qual não poderia existir a preferência de liquidez pela moeda como meio de conservação de riqueza.

Esta condição necessária é a existência de incerteza quanto ao futuro da taxa de juros,isto é, quanto ao complexo de taxas para vencimentos variáveis a prevalecer em datas futuras;”(KEYNES, 1973, p. 175)

Os bancos, assim como os outros agentes da economia, também preferem a liquidez em momentos de incerteza. Devido a isso os bancos buscam formar seu portfólio combinando lucratividade com sua preferência pela liquidez. A criação de depósitos à vista e expansão de crédito dependem em grande parte dessa escolha das instituições (DE PAULA, 2006).

Como foi dito anteriormente, os bancos tendem a retrainir a concessão de crédito quando há uma crise. Eles preferem manter sua liquidez tanto pelo motivo precaução, já que o futuro é incerto quanto pelo motivo especulação, com a incerteza das taxas de juros e instabilidade da economia. Mais uma vez os bancos públicos aparecem na contramão, já que teoricamente o estado pode dar suporte a

esses bancos caso haja problemas de liquidez, dessa forma a concessão de crédito é maior por parte dos bancos públicos do que dos privados.

5 TEORIA DE MINSKY

Como complemento as idéias de Keynes serão abordadas nesta seção as idéias do pós keynesiano Hyman Minsky, principalmente sua teoria sobre a instabilidade financeira e sua ligação com a teoria de Keynes.

5.1 INSTABILIDADE FINACEIRA

A hipótese da instabilidade financeira pode ser traduzida como uma mudança constante das práticas financeiras e da estrutura das responsabilidades adquiridas pelos agentes que faz com que a economia sempre tenha um comportamento diferente diante de diversas situações. (MINSKY, 2010)

A complexidade dos arranjos financeiros e relação entre os compromissos assumidos e as reservas disponíveis para seu pagamento fazem com que a estabilidade da economia esteja sempre mudando (MINSKY, 2010)

A busca por novas formas de financiamento e um lucro maior também faz com que ocorra constantemente inovação em estruturas e instituições financeiras. Uma fonte dessa mudança é o governo, que por meio de leis e decretos ou intervenções acaba influenciando as normas de comportamento e estrutura financeira.

Com a mudança de comportamento da economia as empresas devem ajustar principalmente seu fluxo de caixa para que a liquidez e solvência possam ser mantidas. Os compromissos devem estar coerentes com o fluxo de caixa esperado e realizado. Essa preocupação não tem sido muito observada por parte dos bancos, especialmente os maiores, já que eles assumem que as autoridades financeiras estarão sempre dispostas a mantê-los saudáveis. Por receio das conseqüências de uma quebra as autoridades agem exatamente de acordo com o esperado pelos

grandes bancos. (MINSKY, 2010) No Brasil, entretanto, o estudo empírico irá mostrar que isso não aconteceu. Os grandes bancos mesmo “sabendo” que a autoridade monetária teria condições de salvá-los preferiram a liquidez e retraíram o crédito.

O fluxo de caixa tem relação direta com a instabilidade financeira e é através de sua análise que podemos distinguir três diferentes posturas financeiras dos agentes. Quando os compromissos assumidos pelo agente são suficientemente honrados com os fluxos de caixa de rendas esperadas e realizadas diz-se que esse agente tem finanças sólidas, também chamado de *hedge finance*. Quando o agente não possui o suficiente para honrar seus compromissos sem que a dívida seja rolada sua postura é chamada de postura especulativa, ou finança especulativa. Por fim as finanças *Ponzi* caracterizam aqueles agentes que não conseguirão honrar seus compromissos sem que uma nova dívida seja assumida.

Uma unidade *hedge* não é dependente das condições do mercado financeiro para saldar suas dívidas, não sendo tão suscetível a crises. Já as unidades especulativas e *Ponzi*, são extremamente dependentes do mercado financeiro para que seus compromissos sejam cumpridos, devido a essa fragilidade estão muito mais pré-dispostas a crises.

Para Minsky um banco comercial não pode estar enquadrado como unidade *hedge finance*, pois não pode ter um grande volume de dívidas a vista, nem dívidas contingentes. Ainda segundo o autor, os bancos comerciais se enquadram, na maioria das vezes, na categoria especulativa já que esperam que as receitas nos períodos subseqüentes excedam os compromissos de pagamentos, há um rolamento das dívidas. (MINSKY, 2010)

Novamente, os bancos públicos fogem deste enquadramento citado por Minsky, estando mais bem enquadrados dentro da postura *hedge finance*. Isso ocorre pois os bancos públicos se comportam de maneira diferente dos bancos privados as alterações que ocorrem no mercado. Eles agem de acordo com os interesses do Estado e são suportados por ele.

A composição das posturas *hedge*, especulativa e Ponzi é determinante para a estabilidade de uma economia. Como no Brasil os bancos públicos têm uma grande presença na economia e sua postura determinante é *hedge* a crise não teve como se estabelecer e a instabilidade financeira foi superada em um curto espaço de tempo.

5.2 SISTEMA BANCÁRIO

Os bancos são as organizações que se encarregam do financiamento dos negócios que não são efetuados com base nas retenções de ganho das empresas. A evolução dos bancos permitiu que a distinção entre bancos comerciais e bancos de investimento fosse aos poucos diminuindo.

No entanto os bancos comerciais têm um papel importante já que são eles os responsáveis pela maior parte da oferta de dinheiro. A criação do dinheiro ocorre a medida que os financiamentos são demandados.

“Os bancos concedem empréstimos assumindo uma obrigação de realizar pagamentos futuros em benefício do prestatário, confiantes de que no momento certo, ou seja, na data do pagamento, os bancos obterão os ativos necessários para honrar suas obrigações por meio de um resultado de fluxos a seu favor, seja provenientes dos pagamentos realizados por tomadores anteriores, seja por realização de transações (empréstimos, vendas) em algum mercado. Esta característica do sistema bancário provê flexibilidade à estrutura financeira. Isto permite que compromissos sejam assumidos em face da incerteza com respeito ao recebimento de caixas oriundos dos ativos ou de operações produtivas.” (MINSKY, 2008, p. 30)

Teoricamente o sistema bancário não teria influência sobre o comportamento da economia pois seus efeitos seriam capturados pela mudança na oferta de oferta de moeda e por movimentos nas taxas de juros, além de o banco central ter o poder de guiar e controlar esta oferta. Na verdade esse controle exercido pelo banco central é incerto, bem como a busca por lucros dos bancos e conseqüentemente as inovações financeiras afetam o comportamento de preços renda e emprego. O dinheiro é determinado endogenamente, a oferta responde a demanda.

Assim como na teoria de Keynes, para Minsky vivemos em um mundo de incertezas onde o preço dos ativos futuros é afetado pelas convenções atuais. Dessa forma tanto banqueiros quanto empresários terão que acomodar suas expectativas de forma a equilibrar seus interesses, dos empresários em investir e dos bancos em financiar negócios.

“O sistema bancário é uma força desestabilizadora que tende a induzir e ampliar a instabilidade ao mesmo tempo que é um fator essencial se o investimento e o crescimento econômico precisam ser financiados.” (MINSKY, 2010)

Novamente retomamos a Keynes quando analisamos a frase acima. A tendência dos bancos em seguir uns aos outros, a convenção, pode ampliar a instabilidade. Quanto maior for a crise mais restrições ao crédito vão ocorrer, aprofundando-a. Além disso, os bancos são essenciais para superar cenários de dificuldade. Nesses casos quem geralmente atua primeiro são os bancos públicos, que estão a serviço do Estado, como cita Keynes:

“Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos, ainda mais considerando-se que, provavelmente, as flutuações na estimativa do mercado da eficiência marginal dos diversos tipos de capital...” (KEYNES, 1973, p. 171)

Pode-se concluir, portanto, que os bancos privados, por serem mais vulneráveis as crises, podem agir como uma força desestabilizadora, enquanto os bancos públicos, se bem administrados, funcionam como um fator essencial para financiar investimentos e crescimento econômico, e seu comportamento de reação antes de qualquer outra instituição bancária no país, fez com que os efeitos da crise fossem amenizados.

6 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CRÉDITO BANCÁRIO

Para verificar qual o impacto da crise de 2008 na concessão de crédito bancário no Brasil foram coletadas informações do relatório de empréstimos bancários divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), além de informações constantes das demonstrações financeiras divulgadas pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander e HSBC. O período das informações compreende os anos de 2005 a 2011, com base nos balanços semestrais dos bancos.

6.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Para realizar esta análise, foram utilizadas as informações de Saldo das Operações de Crédito no Sistema Financeiro, disponíveis no site do Banco Central. Esses dados estão separados por segmentos: sistema financeiro público, sistema financeiro privado nacional e sistema financeiro privado estrangeiro.

As primeiras tabelas referem-se ao saldo por atividade econômica no âmbito do sistema financeiro nacional como um todo. Os valores estão expressos em milhões de unidades monetárias e referem-se ao Primeiro e Segundo semestres dos anos de 2005 a 2011.

A tabela e o gráfico a seguir mostram dados do Saldo de Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional ainda não segmentado em público, privado nacional e privado estrangeiro.

TABELA 1 – SALDOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA (EM MILHÕES DE UNIDADES)

Atividade	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	129.762	138.947	145.111	164.581	176.448	213.815	244.752	296.435	299.413	304.745	324.157	361.163	384.518	418.073
Habitação	26.882	29.081	32.566	35.689	40.322	45.852	52.578	63.268	74.110	91.862	111.650	138.778	167.445	200.495
Rural	60.167	65.955	70.686	77.681	81.830	89.211	98.396	106.365	106.671	112.263	115.570	123.902	129.604	141.410
Comércio	58.649	64.514	70.312	78.433	83.220	97.648	110.866	124.802	120.969	136.306	151.837	172.644	187.598	208.441
Pessoas Físicas	162.411	188.784	211.930	235.816	269.925	314.353	357.057	389.541	428.130	462.469	497.099	549.179	587.761	632.915
Outros serviços	83.849	99.185	106.944	121.518	129.525	156.262	184.711	219.666	219.053	247.686	264.543	292.419	309.820	347.236
Total	521.719	586.467	637.549	713.718	781.270	917.140	1.048.361	1.200.077	1.248.346	1.355.331	1.464.855	1.638.085	1.766.747	1.948.570

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

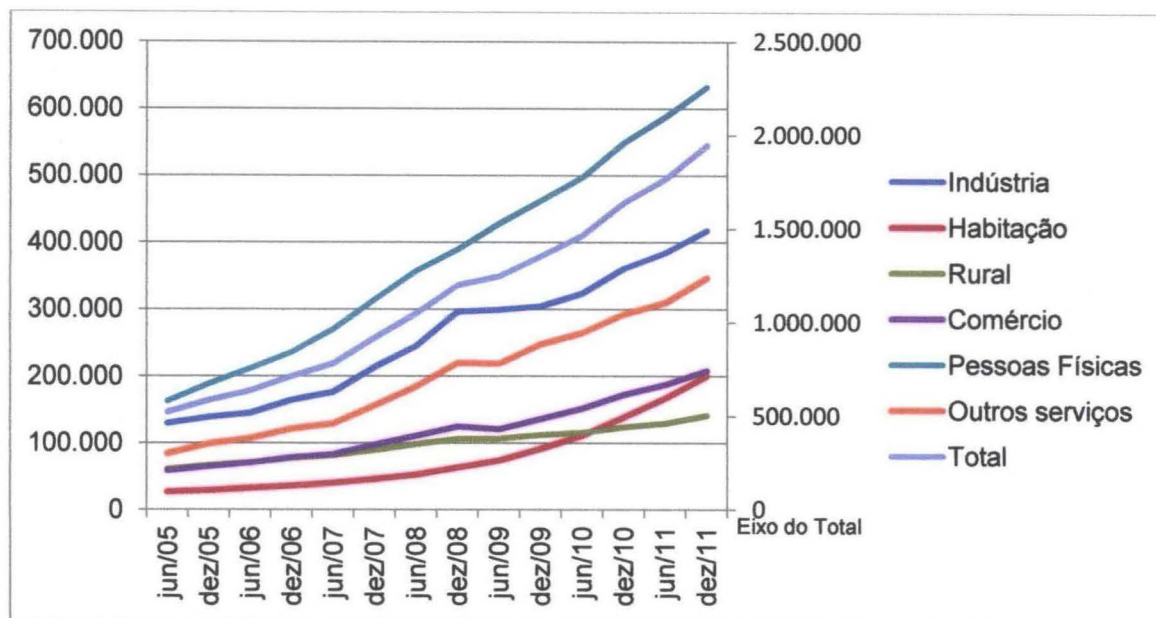


GRÁFICO 1 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

Como pode-se depreender da tabela e do gráfico o saldo por atividade econômica no Sistema Financeiro Nacional teve um pequeno desvio na sua trajetória de crescimento devido a crise de 2008. O que ocorreu foi uma queda na taxa de crescimento de 14,47% para 4,02% verificada entre os períodos de dezembro de 2008 e junho de 2009. Os setores que mais contribuíram para isso foram principalmente a indústria, comércio, rural e outros serviços.

Essa queda na taxa de crescimento do crédito foi pequena se levarmos em conta o turbilhão pelo qual passou os Estados Unidos, por exemplo. Com o gráfico é possível perceber que a crise no Brasil não teve o mesmo impacto como em outros países. E além disso é possível perceber que já no segundo período de 2009 o crescimento é retomado de forma vigorosa, elevando significativamente o saldo total.

Como veremos nas próximas seções os principais responsáveis por essa “superação” da crise foram os bancos públicos que mantiveram na medida do possível a oferta de crédito acima das outras instituições. Isso possibilitou uma recuperação mais rápida no país. A análise feita a seguir confirmará essa informação e será possível verificar o que ocorreu no sistema financeiro público, sistema financeiro privado nacional e sistema financeiro privado estrangeiro, bem como a contribuição de algumas instituições bancárias para este efeito.

6.2 SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO

O Sistema Financeiro Público compreende as instituições financeiras em que os governos federal, estadual ou municipal possuem participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta-Circular 2.345, de 25 de janeiro de 1993. (BACEN)

O que ficou constatado no sistema financeiro público foi que a crise de 2008 afetou de forma moderada concessão do crédito, não fazendo com que o saldo por atividade no fim de cada período fosse menor que o período anterior. Houve uma queda na taxa de crescimento, porém em proporção muito menor se comparado ao sistema financeiro privado nacional e estrangeiro, como será visto mais adiante. Verificou-se também que a concessão de crédito por bancos públicos, relativamente ao setor privado nacional e estrangeiro, aumentou após a crise. Podemos identificar o crédito ao setor público como um dos instrumentos para combater a crise, pois as operações de crédito são superiores em 2009 em relação a 2008. Deve-se destacar que entre setembro de 2008 e julho de 2009 os bancos públicos foram os grandes responsáveis pela oferta de crédito já que o aumento da oferta foi de 33% e dos bancos privados nacionais e estrangeiros foram de respectivamente 4% e 1,5%. (RELATÓRIO e parecer prévio sobre as contas do governo da república, p. 25)

Esse aumento deve-se em parte pelas medidas adotadas pelo BACEN no sentido de prover uma política creditícia expansionista, que foram: reduzir os depósitos compulsórios; criar condições para que os bancos pudessem aumentar sua liquidez vendendo ativos a bancos maiores e instituir regras que forçassem os bancos a liberarem o crédito obtido devido a diminuição do compulsório. De grande importância também foi a possibilidade do Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal poderem disponibilizar linhas de crédito direcionadas aos setores com maiores problemas de liquidez. Para evitar esses problemas com liquidez nas instituições financeiras nacionais a Medida Provisória n 443 de 22/10/2008 autorizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica federal a comprarem participações de instituições financeiras nacionais. (idem, p. 23)

Como pode ser verificado no gráfico abaixo, os setores que mais tiveram suas taxas de crescimento reduzidas foram a indústria e outros serviços. A taxa de crescimento da indústria cai de 21,84% do período de junho de 2008 para dezembro de 2008 para 7,71% no período de dezembro de 2008 para junho de 2009. Com outros serviços a taxa foi de 25,03% para 8,08% nos mesmos períodos citados acima.

Outro setor que teve destaque neste período de pós crise foi a habitação, que teve uma pequena queda de dezembro de 2008 para junho de 2009, mas após isso cresceu e manteve sua taxa acima de 20% por período.

TABELA 2 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO (EM MILHÕES DE UNIDADES MONETÁRIAS)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	53.126	56.252	58.409	68.709	72.718	84.749	99.560	121.306	130.659	143.587	156.576	174.532	184.882	209.926
Habitação	18.642	20.562	23.723	26.421	29.320	32.983	37.320	45.113	53.765	68.377	83.974	105.008	126.320	152.049
Rural	35.933	39.173	42.395	45.668	47.738	49.999	54.815	60.646	63.882	65.264	66.244	68.892	72.178	79.419
Comércio	13.787	14.780	16.268	18.258	19.717	23.401	26.899	31.133	33.364	38.274	43.872	47.286	49.425	54.950
Pessoas Físicas	32.911	34.113	38.319	41.379	47.471	52.865	62.479	73.052	89.107	99.860	111.104	120.303	132.226	151.027
Outros serviços	35.450	42.250	45.371	53.393	50.940	60.272	72.366	90.478	97.786	116.847	123.885	133.265	138.309	157.351
Total	189.850	207.130	224.486	253.827	267.904	304.268	353.439	421.727	468.564	532.208	585.655	649.285	703.338	804.723

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

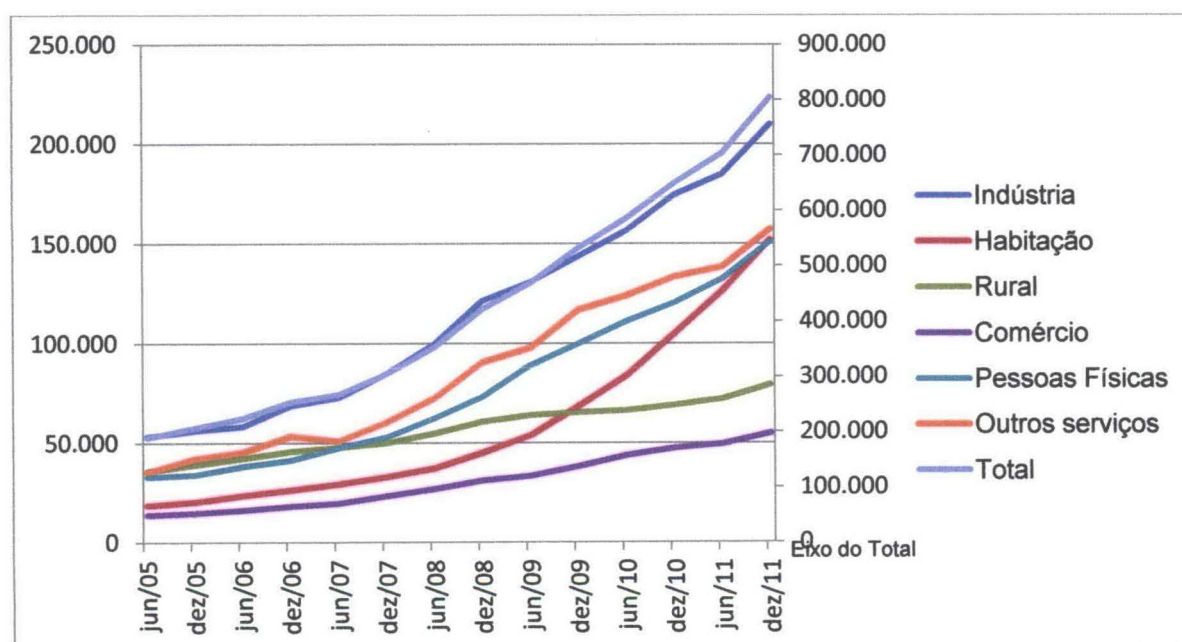


GRÁFICO 2 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

Vimos acima um panorama geral de como se comportou a concessão de crédito no Sistema Financeiro Público. Agora iremos nos aprofundar um pouco

estudando mais detalhadamente duas instituições financeiras que fazem parte deste segmento.

Os bancos escolhidos para este estudo são os dois maiores bancos públicos do país, o Banco do Brasil que tem como acionista principal a União com 59,1% das ações segundo o último balanço de dezembro de 2011 e a Caixa Econômica Federal com capital pertencente exclusivamente a união.

6.2.1 BANCO DO BRASIL

As taxas de crescimento da carteira de crédito do Banco do Brasil tiveram quedas de 2008 a 2009, mas isso não foi suficiente para que o saldo ao fim de cada período fosse menor que o período anterior.

Na análise dos balanços pode-se verificar que no início de 2008 já havia uma grande preocupação quanto ao cenário macroeconômico mundial, porém a política macroeconômica adotada no país como redução da vulnerabilidade externa, controle da inflação, disciplina fiscal e perspectiva de crescimento econômico sustentável no médio prazo fizeram com que a agência *Standard&Poor's* elevasse o Brasil à categoria de grau de investimento. (BANCO DO BRASIL)

Mesmo com a eclosão da crise ao fim de 2008 o Banco do Brasil continuava a crescer e em sua visão a preservação dos pilares macroeconômicos tornou o Brasil mais flexível e capaz de superar as adversidades advindas da crise, porém isso não tornou o país necessariamente imune (BANCO DO BRASIL)

Podemos verificar nas tabelas abaixo o que foi dito anteriormente. Apesar de haver uma queda significativa na taxa de crescimento do crédito em algumas atividades econômicas o saldo total ao final de cada período não ficou menor que o período imediatamente anterior.

TABELA 3 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – BANCO DO BRASIL (EM MILHÕES DE UNIDADES)

(em milhões de unidades monetárias)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Rural	30.692	33.382	35.961	38.718	40.203	41.915	46.271	51.009	53.253	54.489	55.073	57.331	60.999	67.637
Indústria	20.637	21.970	24.697	32.321	36.737	42.080	51.694	62.160	71.562	79.467	90.264	98.974	105.076	120.174
Comércio	10.098	10.735	11.689	13.150	14.353	17.304	19.926	23.675	25.887	30.882	35.524	38.160	39.881	43.767
Intermediários Financeiros	0	0	0	0	0	0	1	0	385	1.044	1.405	1.426	929	778
Outros Serviços	8.339	9.143	10.154	13.812	25.484	17.397	25.668	28.582	30.792	35.953	36.497	41.894	42.940	48.825
PF	16.274	16.338	19.448	21.541	14.650	28.878	34.371	40.278	46.051	66.367	72.939	79.022	85.707	91.343
Habitação	0	0	0	0	0	0	0	63	395	1.457	2.083	2.932	4.172	6.003
Total	86.039	91.569	101.960	119.543	131.428	147.575	177.930	205.768	228.324	269.659	293.785	319.739	339.704	378.527

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 4 – TAXAS DE CRESCIMENTO – BANCO DO BRASIL

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Rural	8,77%	7,73%	7,67%	3,83%	4,26%	10,39%	10,24%	4,40%	2,32%	1,07%	4,10%	6,40%	10,88%	
Indústria	6,46%	12,41%	30,87%	13,67%	14,54%	22,85%	20,25%	15,13%	11,05%	13,59%	9,65%	6,17%	14,37%	
Comércio	6,31%	8,89%	12,50%	9,15%	20,56%	15,15%	18,81%	9,34%	19,30%	15,03%	7,42%	4,51%	9,74%	
Intermediários Financeiros	-69,23%	6700,00%	-8,82%	14,11%	-91,17%	2916,00%	-61,94%	134108,01%	171,14%	34,54%	1,47%	-34,87%	-16,23%	
Outros Serviços	9,64%	11,06%	36,02%	84,51%	-31,73%	47,54%	11,36%	7,73%	16,76%	1,51%	14,79%	2,50%	13,71%	
PF	0,40%	19,03%	10,76%	-31,99%	97,11%	19,02%	17,19%	14,33%	44,12%	9,90%	8,34%	8,46%	6,58%	
Habitação								528,11%	268,70%	43,01%	40,73%	42,32%	43,88%	
Total	6,43%	11,35%	17,24%	9,94%	12,29%	20,57%	15,65%	10,96%	18,10%	8,95%	8,83%	6,24%	11,43%	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

Isso mostra que a crise teve impacto na concessão de crédito do banco, porém esse impacto não foi tão agressivo quando comparamos com outras instituições financeiras, como será visto a seguir.

No gráfico também é possível identificar uma mudança no comportamento do crédito a Pessoas Físicas nos semestres posteriores a crise. Entre dezembro de 2008 e junho de 2009 a taxa de crescimento caiu praticamente 3 pontos percentuais, porém entre os períodos de junho de 2009 a dezembro de 2009 a taxa de crescimento deu um salto de 14,33% para 44,12% . Isso correu devido a estratégia adotada pelo Banco do Brasil em estimular o crédito consignado e o financiamento de veículos. Soma-se a isso também a incorporação do Banco Nossa Caixa e a parceria com o Banco Votorantim, esta última de grande importância para o financiamento de veículos devido ao conhecimento de mercado da BV financeira. (BANCO DO BRASIL)

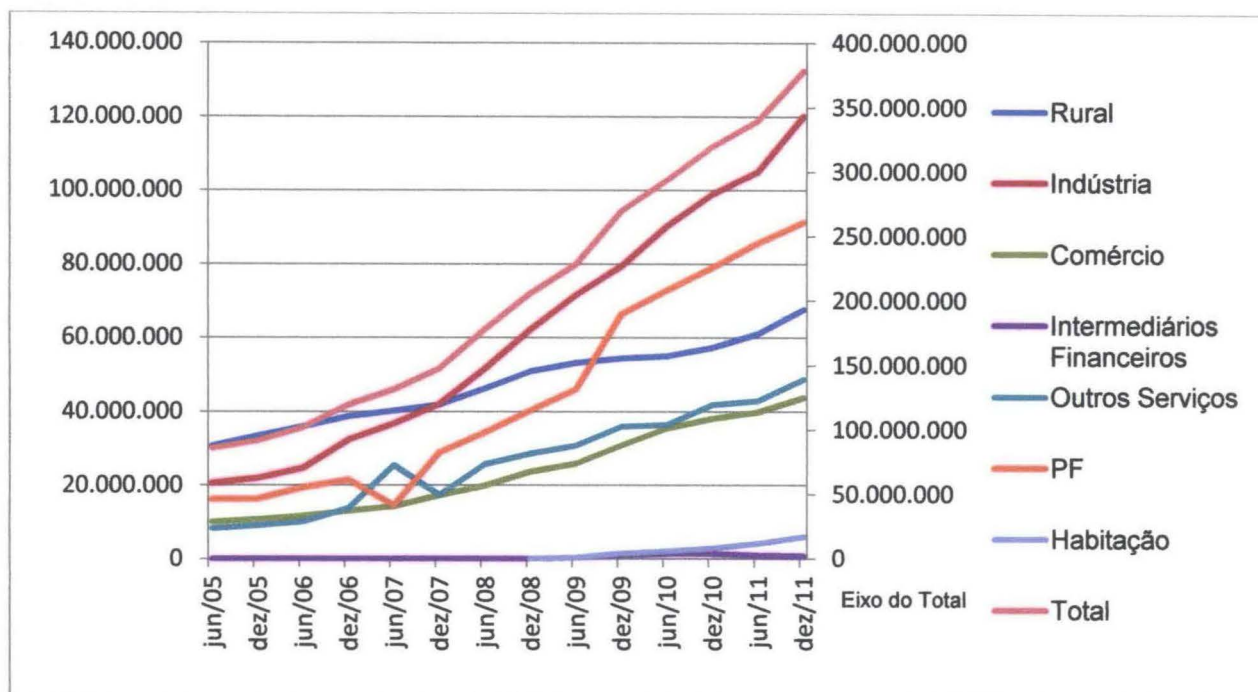


GRÁFICO 3 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – BANCO DO BRASIL
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

A indústria teve uma queda em sua taxa de crescimento de até 9 pontos percentuais após o período de crise, porém a taxa de crescimento permaneceu compatível com a média dos semestres anteriores a 2008 que era de aproximadamente 15,59%. Durante o ano de 2008 essa taxa foi um pouco maior do que na maioria dos semestres, girando em torno de 20%. Isso pode ser em parte explicado pela boa atuação dos produtos Proger Urbano Empresarial e Finame Empresarial, que são destinados a investimentos, tendo crescimento em média de 30% e 100% respectivamente durante os dois semestres de 2008.

Diante dessas informações pode-se dizer que o Banco do Brasil foi uma das instituições financeiras que manteve um certo equilíbrio diante da crise de 2008, no que se refere a concessão de crédito, mantendo seu saldo e taxas de crescimento positivos.

6.2.2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Caixa Econômica Federal, junto com o Banco do Brasil, foi um dos bancos que menos alterou sua política de concessão de crédito durante o período de crise. O desempenho da instituição foi excelente em comparação com as instituições privadas, pois ao invés de diminuir a concessão de crédito o que ocorreu foi o aumento na maior parte dos setores de atividades. A manutenção da expansão de crédito foi importante para o desenvolvimento do país, principalmente neste período de incerteza.

Nas tabelas abaixo é possível verificar a evolução das carteiras de crédito da Caixa e também como se comportaram as taxas de crescimento durante o período.

TABELA 5 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (EM MILHÕES DE UNIDADES)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Rural	5	6	8	8	9	9	9	1	1	0	0	0	0	0
Indústria e comércio	1.320	1.642	2.132	2.180	2.210	2.230	2.585	2.238	2.485	14.480	16.505	18.266	24.137	24.819
Intermediários Financeiros	303	303	303	303	303	0	0	0	1.058	0	0	0	0	0
Outros Serviços	4.467	5.260	5.756	6.032	6.322	7.608	9.055	12.494	16.901	13.733	17.189	19.667	20.077	22.686
Pessoas Físicas	9.047	9.610	9.949	10.342	10.988	12.153	13.447	15.128	18.764	21.084	23.857	26.322	30.175	42.766
Habitação	17.296	19.189	22.339	25.035	27.945	31.467	35.595	43.188	51.737	65.613	79.311	98.676	117.895	140.433
Total	33.410	37.178	42.005	45.428	49.334	54.943	60.691	74.023	92.067	114.910	136.862	162.931	192.284	230.704

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 6 – TAXAS DE CRESCIMENTO – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Rural	16,15%	20,84%	-0,25%	21,41%	-2,69%	-1,85%	-90,94%	32,22%	-100,00%					
Indústria e comércio	24,33%	29,87%	2,26%	1,37%	0,89%	15,95%	-13,42%	11,03%	482,61%	13,98%	10,67%	32,14%	2,83%	
Intermediários Financeiros	-0,07%	0,06%	-0,04%	0,01%	-99,90%	-47,78%	90,20%	363604,47%	-100,00%					
Outros Serviços	17,76%	9,43%	4,78%	4,81%	20,34%	19,02%	37,98%	35,28%	-18,75%	25,17%	14,42%	2,08%	13,00%	
Pessoas Físicas	6,22%	3,53%	3,95%	6,25%	10,61%	10,65%	12,50%	24,04%	12,36%	13,15%	10,34%	14,64%	41,73%	
Habitação	10,94%	16,42%	12,07%	11,62%	12,60%	13,12%	21,33%	19,79%	26,82%	20,88%	24,42%	19,48%	19,12%	
Total	11,28%	12,98%	8,15%	8,60%	11,37%	10,46%	21,97%	24,38%	24,81%	19,10%	19,05%	18,02%	19,98%	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

Com base nos dados expostos acima é possível identificar que entre os períodos de junho de 2008 e dezembro de 2008, com exceção das atividades rural e indústria e comércio, todas as outras atividades apresentaram aumento de saldo. E mesmo essas duas atividades tiveram uma recuperação de dezembro de 2008 pra junho de 2009.

É importante ressaltar que além do saldo haver crescido de um período para o outro, as taxas de crescimento também tiveram aumento, o que contribuiu para uma expansão mais rápida das carteiras como pode ser observado no gráfico a seguir.

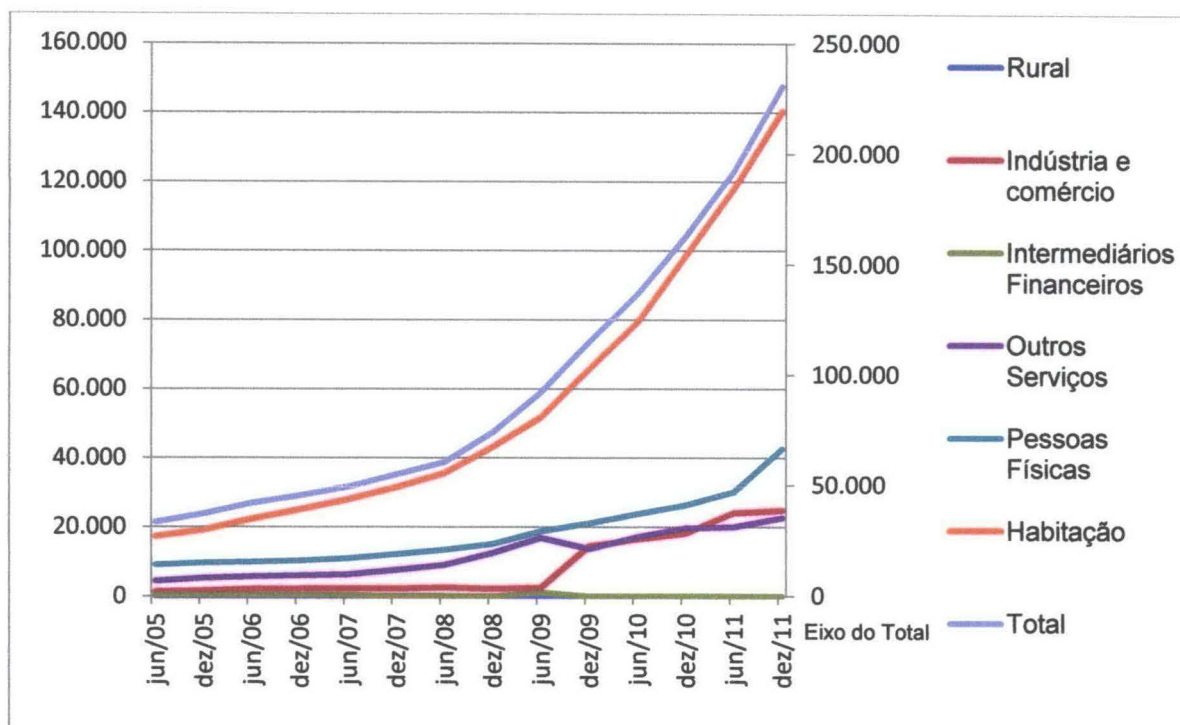


GRÁFICO 4 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

O principal destaque de crédito na Caixa Econômica foi o crédito habitacional. Além de já ser líder no mercado, com aproximadamente 77,3% das operações em 2009, a Caixa ainda auxiliou a economia brasileira ao estimular a geração de emprego e renda no período. A taxa de crescimento do crédito habitacional teve um incremento de aproximadamente 8 pontos percentuais entre dezembro de 2008 e junho de 2009.

6.3 SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO NACIONAL

As instituições que compõem o Sistema Financeiro Privado Nacional são aquelas onde pessoas físicas e jurídicas, residentes e domiciliadas no país detêm participação superior a 50% do capital votante, de acordo com a Carta-Circular 2.345 de 25/01/1993. Para representar esse segmento foram escolhidos os dois maiores bancos privados nacionais Itaú e Bradesco. (BACEN)

Quando comparamos o sistema financeiro público com o sistema financeiro privado nacional, podemos perceber que neste houve uma mudança maior na

concessão de crédito do que naquele. As taxas de crescimento no sistema privado nacional caem mais do que no público e a recuperação após a crise foi mais lenta. Já no primeiro semestre de 2009 o sistema financeiro público ultrapassou as instituições privadas em saldo de crédito destinado ao setor da indústria ao final do período, mostrando que as instituições públicas tiveram grande importância no financiamento de empresas após 2008.

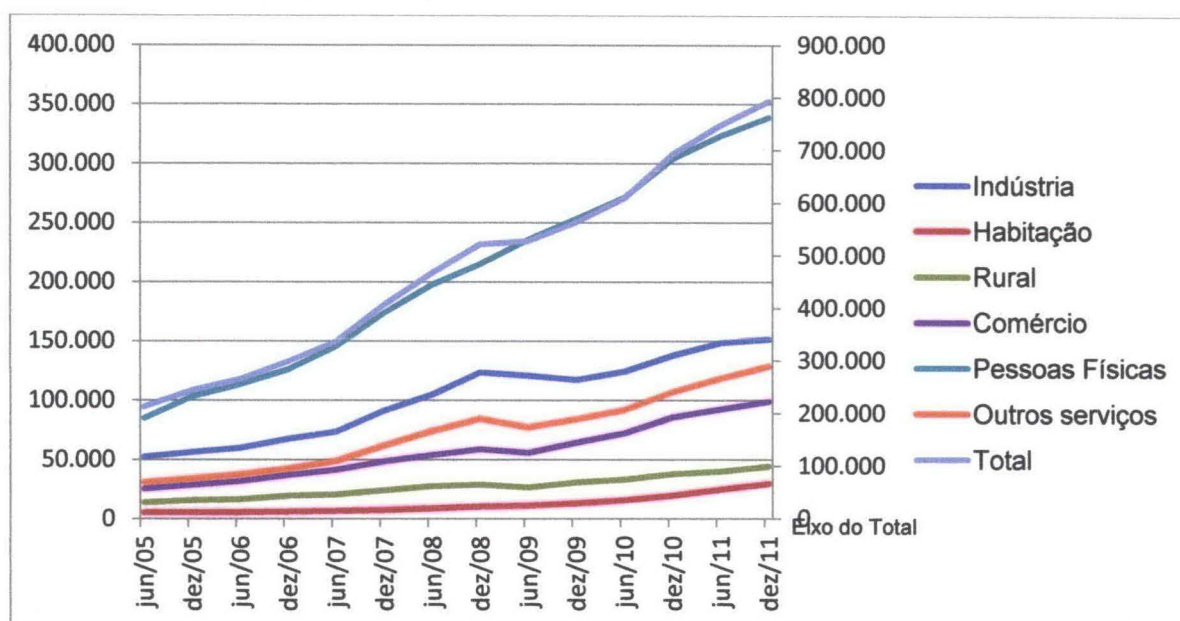


GRÁFICO 5 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO NACIONAL

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

No gráfico a curva azul clara mostra o total de crédito do sistema financeiro privado nacional. É visível a quebra que ocorreu entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009.

Os únicos setores que não tiveram taxa de crescimento negativa de 2008 para 2009 foram Habitação e Pessoas Físicas. Dentre os outros setores, o principal impacto foi em outros serviços, que tinha uma taxa de crescimento de 13,66% no segundo semestre de 2008 e passou para 8,44% negativos no primeiro semestre de 2009. A indústria também sofreu bastante caindo de 18,01% para 2,28% negativos no começo de 2009. O setor rural teve queda de 5,27% para -8,64% e o comércio queda de 9,29% para -5,14%. Desses setores a recuperação foi mais lenta na indústria permanecendo com taxa de crescimento negativa também no segundo semestre de 2009, como pode ser verificado nas tabelas a seguir.

TABELA 7 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO NACIONAL (EM MILHÕES DE UNIDADES)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	52.282	56.551	60.079	67.682	73.634	91.239	104.712	123.572	120.754	117.383	124.540	137.941	148.652	151.896
Habituação	5.284	5.366	5.520	6.189	6.542	7.387	8.874	10.343	11.329	13.185	15.868	19.843	24.786	29.727
Rural	13.637	15.715	16.590	19.444	20.607	24.045	27.528	28.979	26.474	30.977	33.295	38.066	40.197	44.393
Comércio	25.425	28.703	31.893	37.024	41.488	48.453	53.991	59.007	55.974	64.644	72.413	85.871	92.484	99.113
Pessoas Físicas	85.084	103.115	113.653	125.997	145.581	173.781	197.906	215.125	235.946	253.499	271.889	304.131	323.461	339.056
Outros serviços	30.889	34.264	37.545	42.540	48.912	61.906	74.238	84.376	77.259	84.042	91.991	107.129	118.329	128.879
Total	212.601	243.715	265.280	298.876	336.764	406.810	467.249	521.403	527.736	563.730	609.996	692.983	747.908	793.064

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 8 – TAXAS DE CRESCIMENTO – SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO NACIONAL

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria		8,17%	6,24%	12,65%	8,79%	23,91%	14,77%	18,01%	-2,28%	-2,79%	6,10%	10,76%	7,76%	2,18%
Habituação		1,55%	2,88%	12,11%	5,70%	12,93%	20,13%	16,55%	9,53%	16,39%	20,35%	25,05%	24,91%	19,94%
Rural		15,24%	5,56%	17,21%	5,98%	16,68%	14,49%	5,27%	-8,64%	17,01%	7,48%	14,33%	5,60%	10,44%
Comércio		12,89%	11,12%	16,09%	12,06%	16,79%	11,43%	9,29%	-5,14%	15,49%	12,02%	18,59%	7,70%	7,17%
Pessoas Físicas		21,19%	10,22%	10,86%	15,54%	19,37%	13,88%	8,70%	9,68%	7,44%	7,25%	11,86%	6,36%	4,82%
Outros serviços		10,93%	9,57%	13,31%	14,98%	26,57%	19,92%	13,66%	-8,44%	8,78%	9,46%	16,46%	10,45%	8,92%
Total		14,63%	8,85%	12,66%	12,68%	20,80%	14,86%	11,59%	1,21%	6,82%	8,21%	13,60%	7,93%	6,04%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

No total da carteira de crédito do banco as taxas de crescimento não chegaram a ficar negativas, mas tiveram um declínio de 11,59% para 1,21% de dezembro de 2008 para junho de 2009, voltando a ficar acima de 10% apenas em dezembro de 2010.

6.3.1 ITAÚ

O banco Itaú teve uma mudança brusca em sua carteira de crédito durante os períodos pré e pós da crise. No ano de 2008 houve uma grande elevação no saldo total de crédito. Isso se justifica em parte pela associação do Itaú com o Unibanco em 3 de novembro deste ano.

No primeiro semestre de 2008 o Itaú manteve a expansão de crédito a pessoas físicas e a empresas. Segundo as demonstrações contábeis da instituição do primeiro semestre de 2008 a expansão de crédito a pessoas físicas foi propiciada pelo bom desempenho do mercado de trabalho e consequentemente pela confiança na estabilidade de renda, porém com receio de elevação na inadimplência devido a esperada desaceleração da economia. No âmbito do crédito a empresas a expansão de crédito deveu-se a alta volatilidade de mercados acionários internacionais que

limitaram a captação por meio de ações. (ITAÚ) Além desses fatores no segundo semestre de 2008 houve a associação com o Unibanco o que fez com que a carteira de crédito deste fosse incorporada, tendo uma significativa elevação de saldo.

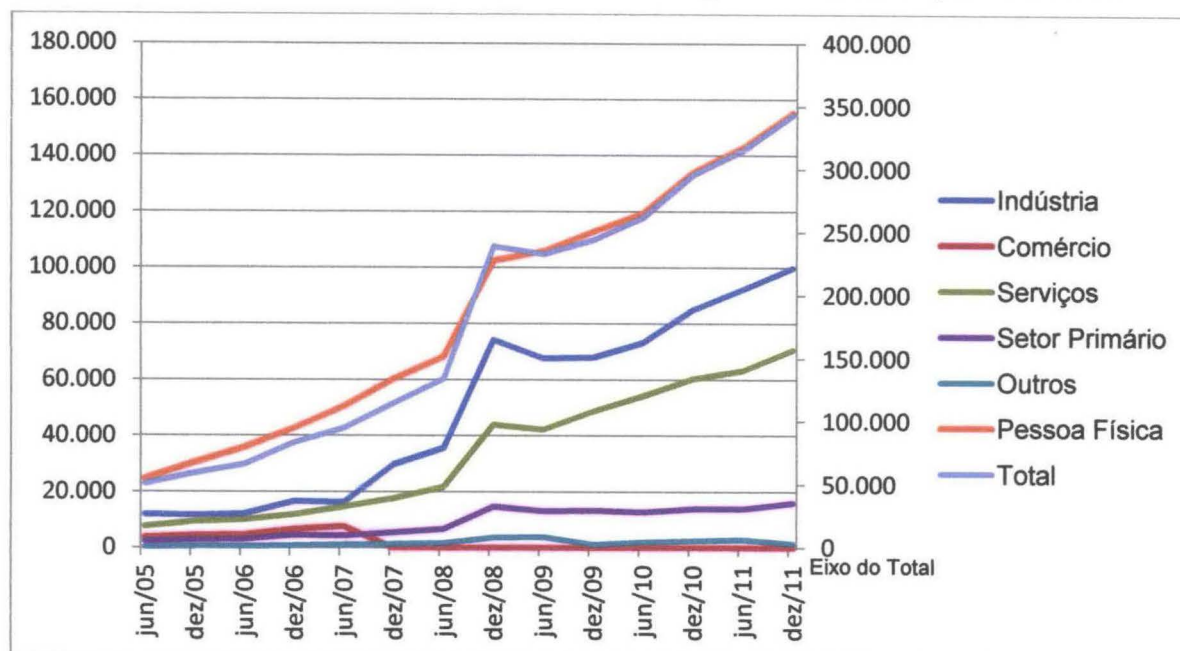


GRÁFICO 6 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – ITAÚ
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

No gráfico acima é possível visualizar essa grande elevação da carteira de crédito do Itaú durante o ano de 2008 e também nota-se que a instituição não passou imune pela crise tendo uma queda significativa em praticamente todos os setores.

Na tabela a seguir percebe-se que os setores mais afetados são aqueles que movem a economia: a indústria, o setor primário e o setor de serviços. O setor de serviços foi o que se recuperou com mais rapidez, seguido da indústria e por fim o setor primário que nos anos seguintes ainda teve variações grandes na taxa de crescimento que alternaram-se entre positiva e negativa durante os períodos.

TABELA 9 – TAXAS DE CRESCIMENTO – ITAÚ

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	-2,64%	3,25%	37,20%	-1,89%	82,29%	19,87%	108,49%	-8,74%	0,54%	7,76%	16,00%	8,46%	8,18%	
Comércio	17,18%	4,92%	43,17%	15,61%										
Serviços	22,25%	7,81%	18,02%	23,69%	19,94%	23,65%	100,89%	-3,86%	15,35%	11,38%	11,18%	4,98%	11,58%	
Setor Primário	18,22%	6,76%	51,72%	-5,28%	26,56%	21,72%	120,10%	-11,10%	1,50%	-4,33%	9,01%	-0,01%	15,51%	
Outros	34,58%	10,19%	53,12%	41,70%	19,81%	22,20%	117,76%	4,90%	-67,05%	60,80%	23,69%	13,97%	-48,36%	
Pessoa Física	23,20%	17,29%	19,51%	18,24%	19,69%	13,16%	50,14%	3,25%	6,54%	5,94%	12,10%	6,63%	8,72%	
Total	16,35%	11,53%	25,94%	13,73%	21,07%	17,03%	78,25%	-2,64%	4,88%	7,26%	12,94%	6,57%	8,91%	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

As operações de crédito para pessoas físicas também diminuíram bastante após a crise, porém a taxa de crescimento não chegou a ficar negativa nesse período.

A análise de quanto variou de um semestre para outro no caso do Itaú fica um pouco prejudicada devido a associação com o Unibanco, o que fez com que a taxa de crescimento de alguns setores ficasse acima de 100%. Porém é possível perceber que a crise teve grande impacto sobre o crédito pois no primeiro semestre de 2009 vários setores tiveram taxas negativas de crescimento.

6.3.2 BRADESCO

O Banco Bradesco assim com o Itaú passou a ter taxas de crescimento negativas após a crise de 2008, porém em proporção menor que este e no volume total de crédito ainda permaneceu com taxa de crescimento positiva.

No início de 2008 o Bradesco já sinalizava preocupação com o andamento da crise nos EUA, tanto é que em seu demonstrativo financeiro do segundo semestre de 2008 deixava claro aos acionistas que as operações realizadas pela instituição poderiam ser afetadas pela crise dependendo de quais medidas ou políticas fossem adotadas pelo Governo Brasileiro em resposta a situação econômica mundial. No fim de 2008, quando a crise já havia eclodido, o demonstrativo financeiro do banco justifica a redução da disponibilidade de crédito, bem como o alto custo dos financiamentos pela alta volatilidade e ruptura dos mercados globais que levaram a queda na liquidez e maiores prêmios de risco. (BRADESCO)

A disponibilidade de crédito foi reduzida em todos os setores de atividade, porém a taxa de crescimento tornou-se negativa em intermediários financeiros e indústria. As operações de crédito para intermediários financeiros não apresentam muita regularidade nos semestres apresentados, portanto não foi possível chegar a uma clara conclusão sobre o impacto da crise nesta atividade. Já a indústria teve uma queda em sua taxa de crescimento de 25,59% para -5,93% no primeiro semestre de 2009. Parte desta queda é explicada pela desvalorização do saldo de empréstimos indexados ao dólar e também o aumento da captação de grandes empresas através de mercados de capitais. (BRADESCO)

As tabelas e gráfico a seguir ilustram essas mudanças.

TABELA 10 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – BRADESCO (EM MILHÕES DE UNIDADES)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	18.390	20.396	21.069	24.393	26.880	31.401	35.242	44.260	41.637	40.553	42.505	45.268	49.380	51.700
Comércio	10.559	12.078	12.945	13.452	16.072	18.724	21.099	23.547	23.834	26.106	29.107	34.519	39.649	43.021
Intermediários Financeiros	217	260	321	462	385	1.050	816	1.236	860	828	589	566	821	628
Serviços	11.922	13.193	14.509	16.054	17.723	24.135	28.528	34.491	36.076	38.521	44.102	49.496	54.858	61.859
APPSEF ¹	1.235	1.093	1.174	1.307	1.444	1.623	1.912	2.246	2.428	2.439	2.715	2.908	3.581	3.443
Pessoa Física	26.841	33.221	37.559	39.611	44.694	53.474	59.959	66.701	73.193	80.922	88.322	96.884	101.462	106.972
Total	69.163	80.239	87.578	95.279	107.198	130.406	147.557	172.482	178.028	189.368	207.339	229.640	249.752	267.622

¹Agricultura, Pecuária, Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 11 – TAXAS DE CRESCIMENTO – BRADESCO

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	10,91%	3,30%	15,77%	10,20%	16,82%	12,23%	25,59%	-5,93%	-2,60%	4,81%	6,50%	9,08%	4,70%	
Comércio	14,39%	7,18%	3,92%	19,47%	16,50%	12,68%	11,60%	1,22%	9,53%	11,50%	18,59%	14,86%	8,50%	
Intermediários Financeiros	19,78%	23,70%	44,00%	-16,73%	172,65%	-22,23%	51,45%	-30,46%	-3,70%	-28,91%	-3,91%	45,24%	-23,60%	
Serviços	10,66%	9,97%	10,65%	10,40%	36,18%	18,20%	20,90%	4,60%	6,78%	14,49%	12,23%	10,83%	12,76%	
APPSEF ¹	-11,52%	7,47%	11,26%	10,51%	12,39%	17,80%	17,46%	8,13%	0,46%	11,29%	7,11%	23,14%	-3,86%	
Pessoa Física	23,77%	13,06%	5,46%	12,83%	19,64%	12,13%	11,24%	9,73%	10,56%	9,15%	9,69%	4,72%	5,43%	
Total	16,01%	9,15%	8,79%	12,51%	21,65%	13,15%	16,89%	3,22%	6,37%	9,49%	10,76%	8,76%	7,16%	

¹Agricultura, Pecuária, Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

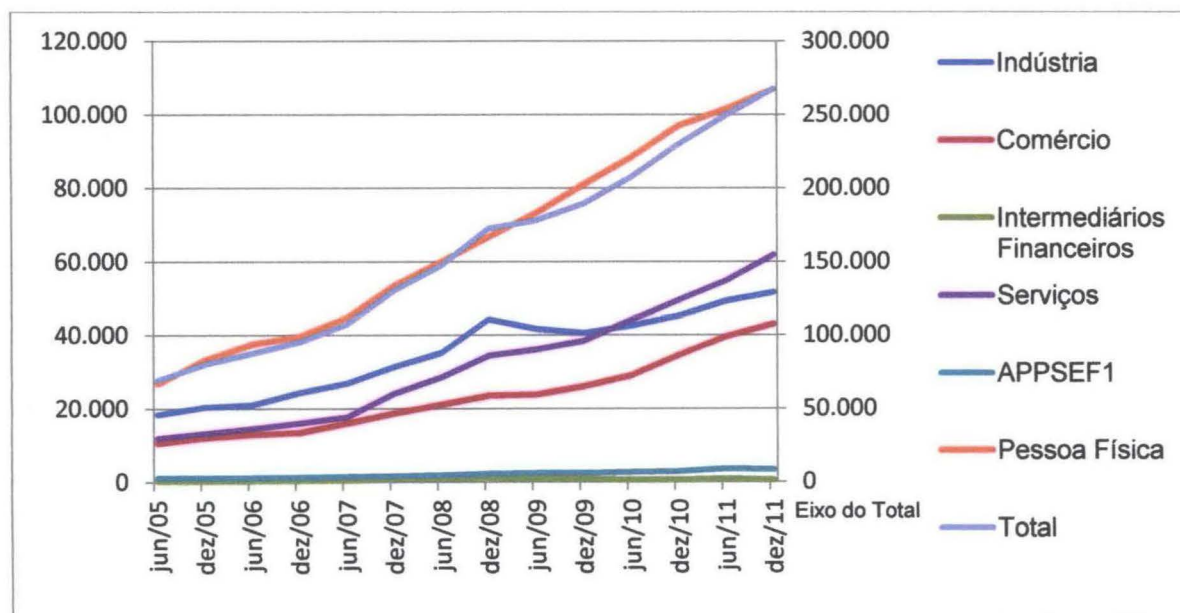


GRÁFICO 7 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – BRADESCO

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

6.4 SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO ESTRANGEIRO

As últimas instituições a serem abordadas são as que constituem o Sistema Financeiro Privado Estrangeiro. Essas instituições são aquelas onde a maioria do capital votante está sob controle estrangeiro, direta ou indiretamente, incluindo também instituições constituídas ou sediadas no exterior com dependência ou filial no Brasil, conforme Carta-Circular 2.345 de 25/01/1993. Como representantes desse segmento foram escolhidos os bancos HSBC e Santander.

O Sistema Financeiro Privado Estrangeiro no Brasil foi o que teve maior impacto na concessão de crédito se comparado as outras instituições já mencionadas.

O saldo total de crédito ao final do período desse conjunto de instituições teve uma redução de 2008 para 2009 ficando com taxa de crescimento negativa de 1,91% do segundo semestre de 2008 para o primeiro semestre de 2009. Os únicos setores onde a taxa de crescimento reduziu, porém não ficou negativa foram Habitação e Pessoas Físicas. As maiores quedas ocorreram na indústria e no comércio. A indústria passou de uma taxa de crescimento de 27,37% em dezembro de 2008 para -6,90% em junho de 2009. O comércio teve queda de 15,63% para 8,75% negativos no mesmo período acima, como pode ser observado no gráfico e tabelas a seguir.

TABELA 12 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO ESTRANGEIRO (EM MILHÕES DE UNIDADES)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	24.353	26.144	26.622	28.190	30.095	37.827	40.481	51.558	48.000	43.775	43.042	48.690	50.985	56.250
Habitação	2.956	3.152	3.323	3.080	4.460	5.482	6.384	7.813	9.016	10.299	11.808	13.926	16.340	18.718
Rural	10.596	11.067	11.702	12.569	13.484	15.168	16.053	16.740	16.314	16.022	16.031	16.943	17.229	17.598
Comércio	19.438	21.032	22.150	23.151	22.016	25.794	29.976	34.661	31.630	33.388	35.552	39.487	45.689	54.379
Pessoas Físicas	44.416	51.556	59.958	68.439	76.874	87.707	96.672	101.363	103.076	109.111	114.105	124.745	132.074	142.832
Outros serviços	17.510	22.671	24.029	25.585	29.673	34.083	38.107	44.812	44.008	46.798	48.667	52.026	53.183	61.006
Total	119.268	135.622	147.784	161.014	176.602	206.062	227.673	256.947	252.045	259.393	269.204	295.817	315.501	350.783

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 13 – TAXAS DE CRESCIMENTO – SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO ESTRANGEIRO

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria		7,35%	1,83%	5,89%	6,76%	25,69%	7,01%	27,37%	-6,90%	-8,80%	-1,68%	13,12%	4,71%	10,33%
Habitação		6,65%	5,41%	-7,31%	44,79%	22,93%	16,45%	22,37%	15,41%	14,23%	14,65%	17,95%	17,33%	14,55%
Rural		4,45%	5,73%	7,41%	7,28%	12,48%	5,84%	4,27%	-2,54%	-1,79%	0,06%	5,69%	1,69%	2,14%
Comércio		8,20%	5,32%	4,52%	-4,90%	17,16%	16,21%	15,63%	-8,75%	5,56%	6,48%	11,07%	15,71%	19,02%
Pessoas Físicas		16,07%	16,30%	14,15%	12,32%	14,09%	10,22%	4,85%	1,69%	5,85%	4,58%	9,32%	5,88%	8,15%
Outros serviços		29,48%	5,99%	6,48%	15,98%	14,86%	11,81%	17,59%	-1,79%	6,34%	3,99%	6,90%	2,22%	14,71%
Total		13,71%	8,97%	8,95%	9,68%	16,68%	10,49%	12,86%	-1,91%	2,92%	3,78%	9,89%	6,65%	11,18%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

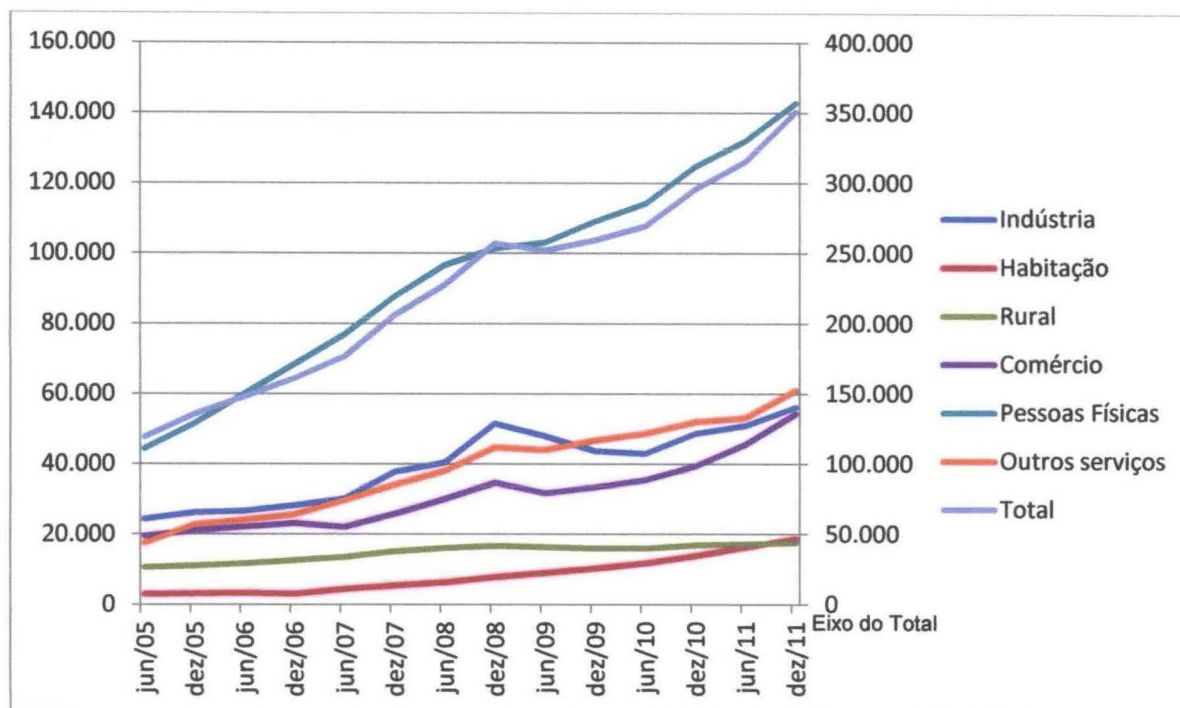


GRÁFICO 8 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO ESTRANGEIRO
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

6.4.1 HSBC

O banco HSBC, fundado em março de 1865, veio para o Brasil como HSBC Bamerindus S.A. em 1997 passando a se chamar HSBC Bank Brasil S.A. – Banco múltiplo em 1999. É, ao lado do banco Santander, um dos maiores bancos estrangeiros instalados no país. “

Durante a crise de 2008 a carteira de crédito do HSBC sofreu quedas em todos os setores. O setor primário foi o mais prejudicado. Sua taxa de crescimento em dezembro de 2008 era de 32,92% e em junho de 2009 ficou negativa em 20,96%. Outro setor que teve uma inflexão expressiva foi o setor da indústria tendo uma queda na taxa de crescimento de 19,37% para -8,39% nos mesmos períodos citados acima. A recuperação da taxa de crescimento foi mais rápida nos setores de comércio e serviços, voltando a ficar positivas já no segundo semestre de 2009 com uma diminuição no primeiro semestre de 2010. Os setores primário e pessoa física tiveram melhoras mais lentas, tendo uma recuperação apenas em 2010. O reflexo da crise no setor de habitação apareceu com maior força no segundo semestre de

2009 quando a taxa de crescimento tornou-se negativa em 5,04% mas com recuperação já em 2011.

No âmbito do volume total de crédito a taxa de crescimento passou de 10,72% para 4,41% negativos de 2008 para 2009. Houve uma recuperação no segundo semestre de 2009, mas a recuperação ao patamar anterior só ocorreu em dezembro de 2010 quando a taxa de crescimento ficou em torno de 15,28%.

TABELA 14 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – HSBC (EM MILHÕES DE UNIDADES)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	2.693	2.943	3.584	3.712	4.445	6.103	7.407	8.841	8.099	8.142	9.153	11.363	13.380	14.821
Comércio	2.523	2.797	2.987	3.587	4.325	4.784	5.545	5.999	5.579	6.345	6.699	8.606	9.406	10.172
Serviços	2.044	1.918	2.090	2.050	2.147	2.944	3.285	3.701	3.489	4.387	4.320	5.015	6.273	6.806
Habitacional	841	916	955	1.053	1.154	1.557	2.195	2.734	3.133	2.975	3.672	4.561	5.135	6.120
Setor primário	411	385	416	303	380	461	473	629	497	431	452	467	495	739
Pessoa Física	10.208	11.224	11.857	14.480	15.501	17.636	19.398	20.507	19.744	19.249	18.758	19.618	19.998	19.641
Total	18.720	20.182	21.890	25.184	27.952	33.485	38.303	42.411	40.542	41.530	43.052	49.631	54.685	58.299

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 15 – TAXAS DE CRESCIMENTO – HSBC

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	9,29%	21,78%	3,57%	19,75%	37,32%	21,35%	19,37%	-8,39%	0,53%	12,41%	24,15%	17,75%	10,77%	10,77%
Comércio	10,83%	6,82%	20,08%	20,57%	10,62%	15,91%	8,19%	-6,99%	13,72%	5,58%	28,47%	9,29%	8,15%	8,15%
Serviços	-6,19%	8,99%	-1,94%	4,74%	37,14%	11,59%	12,64%	-5,73%	25,76%	-1,55%	16,10%	25,08%	8,50%	8,50%
Habitacional	8,92%	4,27%	10,27%	9,52%	34,93%	41,05%	24,55%	14,58%	-5,04%	23,40%	24,23%	12,58%	19,19%	19,19%
Setor primário	-6,36%	7,90%	-27,18%	25,84%	21,22%	2,62%	32,92%	-20,96%	-13,36%	4,91%	3,46%	5,82%	49,48%	49,48%
Pessoa Física	9,95%	5,65%	22,12%	7,06%	13,77%	9,99%	5,72%	-3,72%	-2,51%	-2,55%	4,59%	1,94%	-1,78%	-1,78%
Total	7,81%	8,46%	15,05%	10,99%	19,80%	14,39%	10,72%	-4,41%	2,44%	3,67%	15,28%	10,18%	6,61%	6,61%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

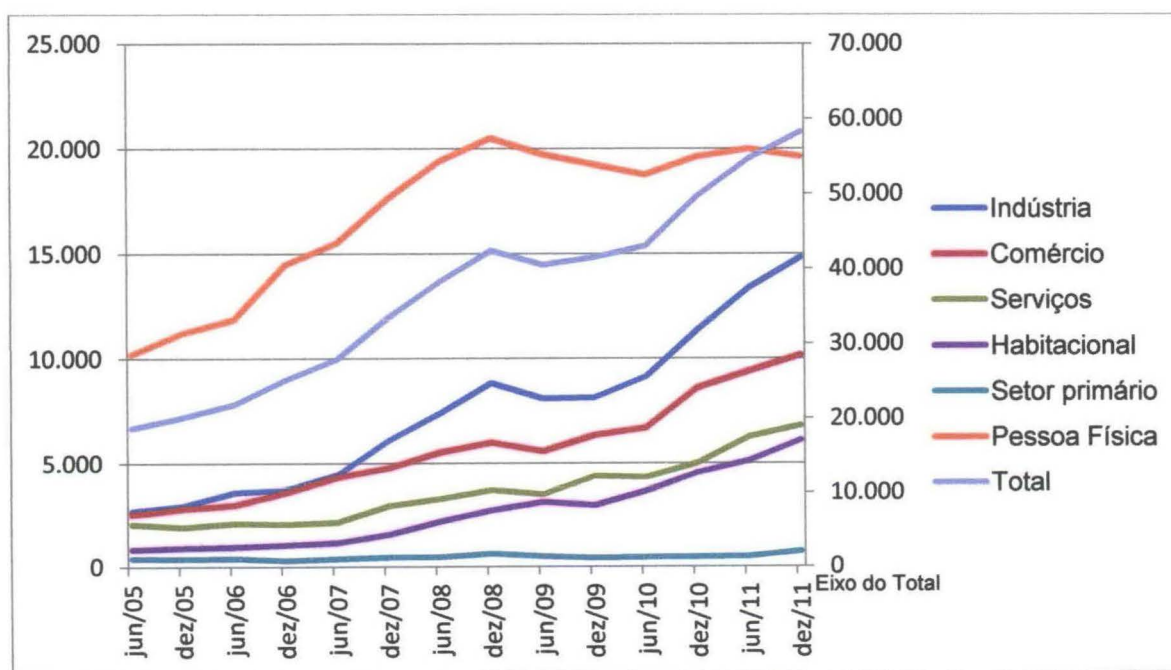


GRÁFICO 9 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – HSBC

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

6.4.2 SANTANDER

O banco Santander iniciou suas operações no Brasil no ano de 1957 através de um acordo operacional com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. e a partir dos anos 90 buscou estabelecer mais fortemente sua presença tanto no Brasil quanto na América Latina. O mais recente acordo foi em 2008 quando o grupo Santander assumiu o controle acionário do banco Real em 24 de julho, incorporando-o apenas em 30 de abril de 2009.

Devido a essa incorporação do Banco Real no ano de 2008 a análise do comportamento da variável crédito fica um pouco prejudicada já que houve a incorporação do banco Real. Dessa forma, ao contrário do comportamento dos outros bancos a variável crédito teve um aumento das taxas de crescimento no primeiro semestre de 2009 já que houve a incorporação do saldo da banco Real. Porém pode-se verificar que no segundo semestre de 2009 houve uma queda brusca nas taxas de crescimento.

A indústria chegou a ter crescimento negativo de 4,23% em dezembro de 2009 ficando ainda mais negativo em junho de 2010 em 11,60%. O comércio e a agricultura também chegaram a taxas negativas de -7,60% para o comércio e -5,19% para a agricultura.

TABELA 16 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SANTANDER (EM MILHÕES DE UNIDADES)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	6.943	7.125	8.077	10.328	10.488	10.844	10.921	16.390	27.989	26.805	23.696	27.739	29.641	28.180
Comércio	2.766	3.885	3.065	3.560	3.658	3.501	3.917	4.439	10.692	9.880	10.486	11.712	14.921	18.564
Serviços e Outros	3.580	5.068	5.490	6.872	6.824	8.059	9.206	11.392	26.361	30.763	38.084	39.630	37.942	46.616
Pessoas Físicas	8.694	10.307	11.843	13.529	15.588	17.856	18.436	20.628	41.369	42.695	46.086	51.945	58.044	63.036
Agricultura	1.921	2.033	2.342	2.596	2.491	2.842	3.239	2.783	5.368	5.089	4.609	4.886	4.379	4.401
Total	23.904	28.419	30.817	36.885	39.049	43.102	45.719	55.632	111.779	115.232	122.962	135.912	144.928	160.797

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 17 – TAXAS DE CRESCIMENTO – SANTANDER

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria		2,62%	13,36%	27,88%	1,54%	3,39%	0,71%	50,08%	70,77%	-4,23%	-11,60%	17,06%	6,86%	-4,93%
Comércio		40,49%	-21,11%	16,13%	2,75%	-4,29%	11,90%	13,32%	140,87%	-7,60%	6,13%	11,69%	27,40%	24,41%
Serviços e Outros		41,56%	8,32%	25,18%	-0,70%	18,09%	14,24%	23,74%	131,40%	16,70%	23,80%	4,06%	-4,26%	22,86%
Pessoas Físicas		18,56%	14,90%	14,24%	15,22%	14,55%	3,25%	11,89%	100,54%	3,20%	7,94%	12,71%	11,74%	8,60%
Agricultura		5,85%	15,18%	10,85%	-4,01%	14,08%	13,95%	-14,07%	92,86%	-5,19%	-9,43%	6,01%	-10,37%	0,50%
Total		18,89%	8,44%	19,69%	5,87%	10,38%	6,07%	21,68%	100,92%	3,09%	6,71%	10,53%	6,63%	10,95%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

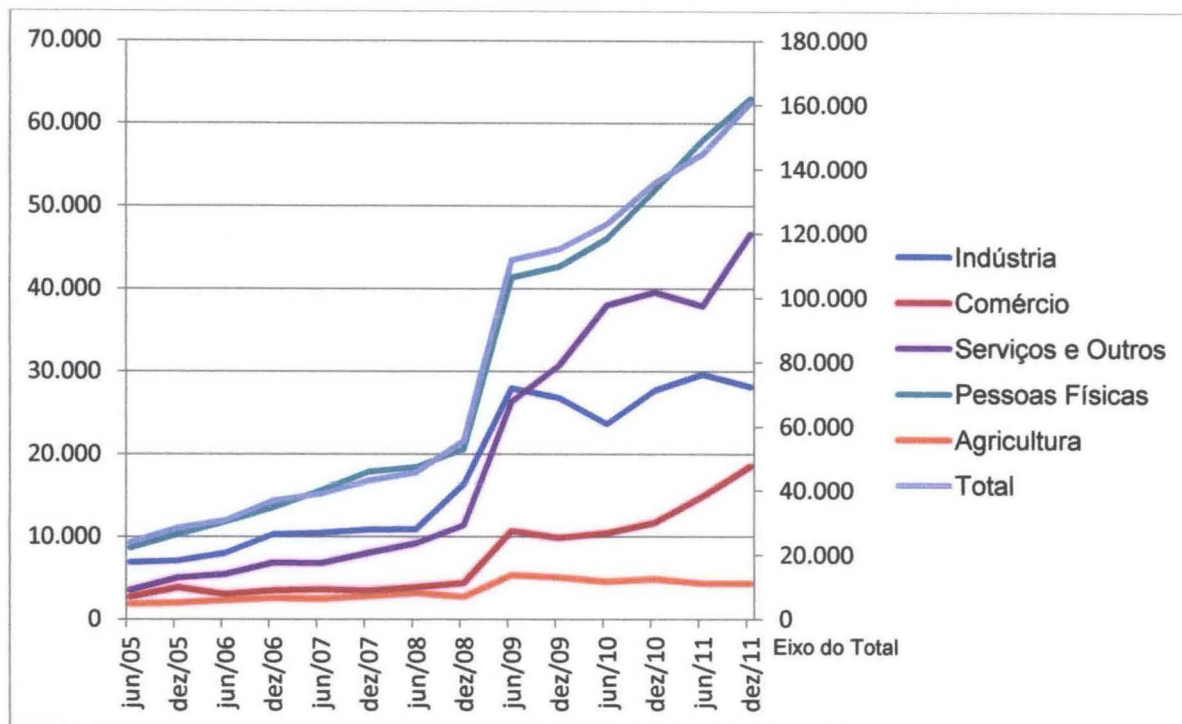


GRÁFICO 10 - SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SANTANDER
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

7 ANÁLISE DO SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO SOB AS TAXAS DE CRESCIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO PRIVADO

Para demonstrar como o Brasil teria passado pela crise caso os bancos públicos adotassem o mesmo comportamento dos bancos privados foi feito um exercício de adotar para o sistema financeiro público as mesmas taxas de crescimento tanto do sistema financeiro privado nacional quanto do sistema financeiro privado estrangeiro entre o período de junho de 2005 até dezembro de 2011.

As tabelas e o gráfico a seguir mostram como seria o saldo por atividade do sistema financeiro nacional caso o sistema financeiro público tivesse as mesmas taxas de crescimento do sistema financeiro privado nacional durante o período de junho de 2005 até dezembro de 2011.

TABELA 18 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CASO O SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO CRESCESSE A MESMA TAXA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (EM MILHÕES DE UNIDADES MONETÁRIAS)

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	129.762	140.160	147.752	164.648	178.554	221.780	251.596	300.698	291.459	280.438	294.134	326.802	350.690	362.497
Habituação	26.882	27.449	28.319	31.102	34.080	38.931	46.565	54.644	60.312	70.000	83.657	103.775	128.566	153.320
Rural	60.167	68.191	72.003	83.247	88.390	102.569	116.117	122.078	112.546	128.622	137.056	155.312	163.341	178.963
Comércio	58.649	65.298	71.337	80.251	86.000	100.520	113.243	125.665	117.956	133.084	147.230	171.922	188.322	207.235
Pessoas Físicas	162.411	194.557	217.573	243.174	278.767	328.708	371.129	399.701	430.289	460.665	491.164	546.517	580.653	613.038
Outros serviços	83.849	96.260	104.662	116.947	134.720	167.037	197.547	226.024	209.935	227.293	246.234	282.104	307.316	337.797
Total	521.719	596.971	649.955	726.784	814.091	976.149	1.112.170	1.243.956	1.251.044	1.326.527	1.423.920	1.607.625	1.731.282	1.852.043

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 19 – TAXA DE CRESCIMENTO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL CASO O SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO CRESCESSE A MESMA TAXA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria		8,01%	5,42%	11,44%	8,45%	24,21%	13,44%	19,52%	-3,07%	-3,78%	4,88%	11,11%	7,31%	3,37%
Habituação		2,11%	3,17%	9,83%	9,57%	14,24%	19,61%	17,35%	10,37%	16,06%	19,51%	24,05%	23,89%	19,25%
Rural		13,34%	5,59%	15,61%	6,18%	16,04%	13,21%	5,13%	-7,81%	14,28%	6,56%	13,32%	5,17%	9,56%
Comércio		11,34%	9,25%	12,50%	7,16%	16,88%	12,66%	10,97%	-6,13%	12,83%	10,63%	16,77%	9,54%	10,04%
Pessoas Físicas		19,79%	11,83%	11,77%	14,64%	17,92%	12,91%	7,70%	7,65%	7,06%	6,62%	11,27%	6,25%	5,58%
Outros serviços		14,80%	8,73%	11,74%	15,20%	23,99%	18,27%	14,42%	-7,12%	8,27%	8,33%	14,57%	8,94%	9,92%
Total		14,42%	8,88%	11,82%	12,01%	19,91%	13,93%	11,85%	0,57%	6,03%	7,34%	12,90%	7,69%	6,98%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

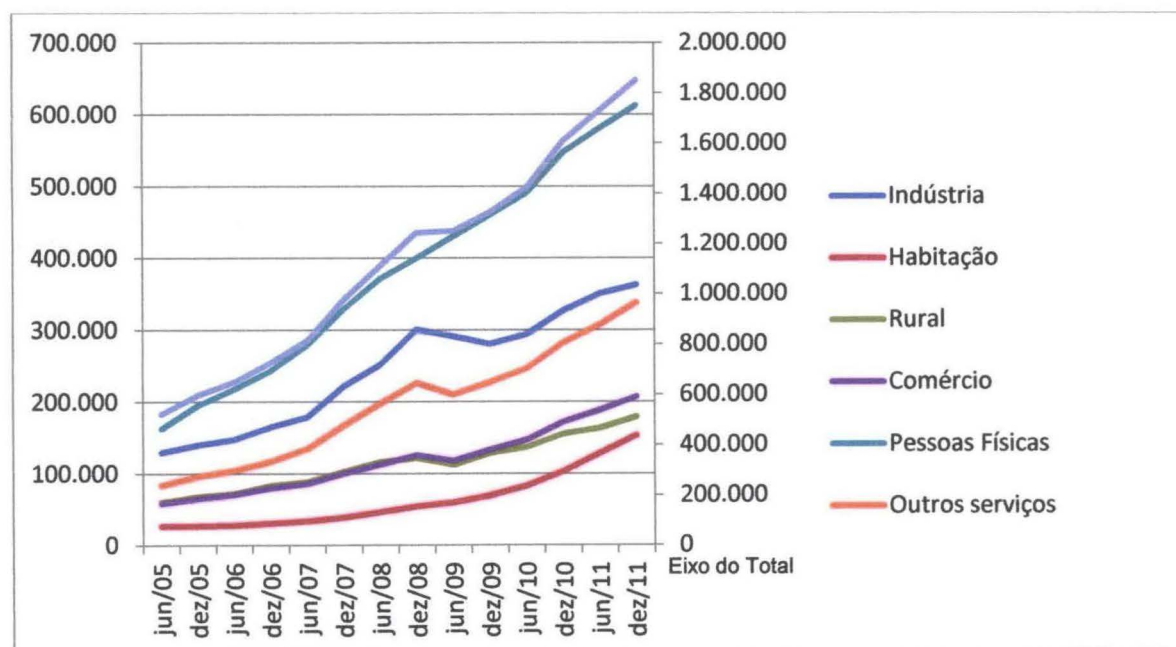


GRÁFICO 11 - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL CASO O SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO CRESCESSE A MESMA TAXA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

Como é possível perceber pelas informações acima a trajetória do crédito perante a crise já teria sido diversa caso as mesmas taxas de crescimento dos bancos privados nacionais fossem adotadas para os bancos públicos.

Podemos comparar, por exemplo, que enquanto a taxa de crescimento real entre os meses de dezembro de 2008 e junho de 2009, considerando-se o saldo total, foi de 4,02% a taxa de crescimento quando fazemos este exercício fica em apenas 0,57%. Além disso, na situação real apenas as atividades de comércio e outros serviços tiveram taxas negativas entre 2008 e 2009. Já na situação hipotética as únicas atividades que não tiveram taxas negativas foram habitação e pessoas físicas, mesmo assim estando abaixo do real.

Quando o cálculo é feito com os dados do sistema financeiro privado estrangeiro a situação é ainda pior. A taxa de crescimento do saldo total fica negativa entre dezembro de 2008 e junho de 2009 em 0,54%. Através do gráfico também é possível perceber que a recuperação do crescimento foi mais demorada do que na situação real e na situação proposta anteriormente.

TABELA 20 – SALDO POR ATIVIDADE ECONÔMICA – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CASO O SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO CRESCESSE A MESMA TAXA DO SISTEMA FINANCEIRO ESTRANGEIRO (EM MILHÕES DE UNIDADES MONETÁRIAS))

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	129.762	139.727	144.778	157.368	169.381	211.585	233.499	287.602	273.464	256.653	261.477	292.848	310.860	330.854
Habitação	26.882	28.401	29.801	28.896	39.130	47.449	55.525	67.432	77.214	88.444	102.149	121.608	144.189	166.506
Rural	60.167	64.314	67.973	74.636	79.820	90.648	98.022	102.487	98.114	101.332	103.690	112.468	115.853	121.668
Comércio	58.649	64.652	69.754	76.595	79.119	92.542	105.228	118.253	110.039	121.713	133.181	153.365	170.580	192.060
Pessoas Físicas	162.411	192.873	218.039	245.149	279.417	326.478	366.210	391.597	415.401	443.459	470.544	521.310	553.400	587.724
Outros serviços	83.849	102.837	110.222	119.925	138.662	164.995	189.498	219.914	210.367	225.588	239.189	264.486	279.187	313.399
Total	521.719	595.219	648.304	716.192	794.478	940.880	1.057.330	1.187.355	1.180.985	1.236.022	1.307.717	1.459.679	1.565.620	1.702.219

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 21 – TAXA DE CRESCIMENTO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL CASO O SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO CRESCESSE A MESMA TAXA DO SISTEMA FINANCEIRO ESTRANGEIRO

	jun/05	dez/05	jun/06	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08	dez/08	jun/09	dez/09	jun/10	dez/10	jun/11	dez/11
Indústria	7,68%	3,61%	8,70%	7,63%	24,92%	10,36%	23,17%	-4,92%	-6,15%	1,88%	12,00%	6,15%	6,43%	
Habitação	5,65%	4,93%	-3,71%	36,36%	21,26%	17,02%	21,44%	14,51%	14,54%	15,50%	19,05%	18,57%	15,48%	
Rural	6,89%	5,69%	9,80%	6,95%	13,57%	8,13%	4,55%	-4,27%	3,28%	2,33%	8,47%	3,01%	5,02%	
Comércio	10,23%	7,89%	9,81%	3,29%	16,97%	13,71%	12,38%	-6,95%	10,61%	9,42%	15,16%	11,22%	12,59%	
Pessoas Físicas	18,76%	13,05%	12,43%	13,98%	16,84%	12,17%	6,93%	6,08%	6,75%	6,11%	10,79%	6,16%	6,20%	
Outros serviços	22,65%	7,18%	8,80%	15,62%	18,99%	14,85%	16,05%	-4,34%	7,24%	6,03%	10,58%	5,56%	12,25%	
Total	14,09%	8,92%	10,47%	10,93%	18,43%	12,38%	12,30%	-0,54%	4,66%	5,80%	11,62%	7,26%	8,72%	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

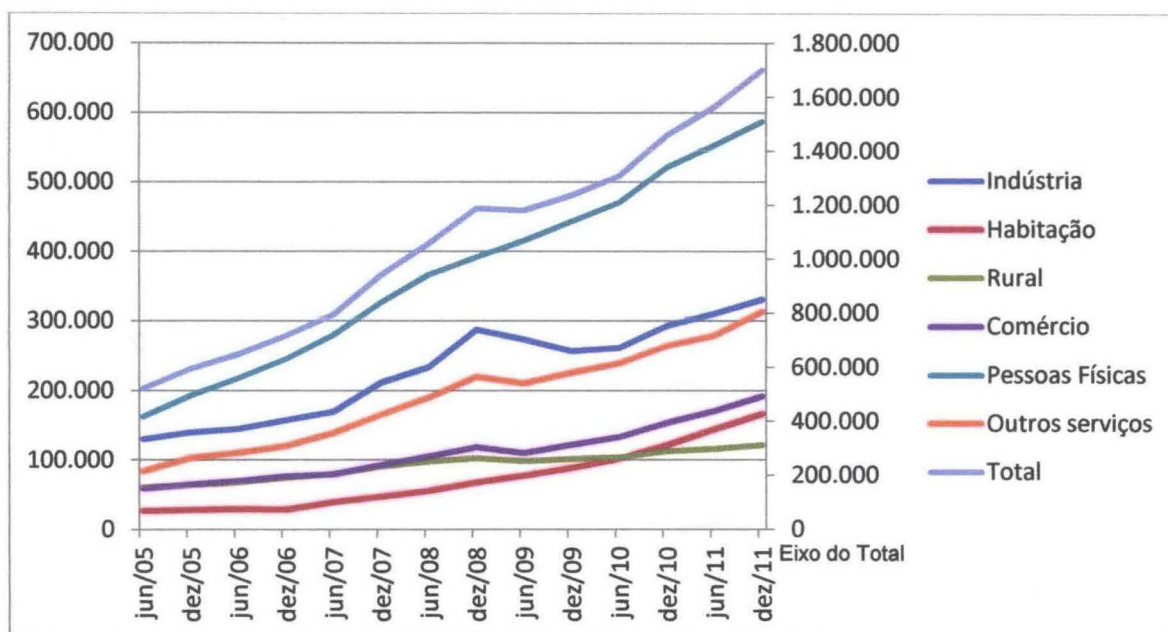


GRÁFICO 12 - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL CASO O SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO CRESCESSE A MESMA TAXA DO SISTEMA FINANCEIRO ESTRANGEIRO
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

Através deste exercício ficou claro que os bancos públicos tiveram papel de grande importância na atenuação da crise e retomada do crescimento, pois se não fosse por eles o país teria sim enfrentado um choque frente aos acontecimentos de 2008 e a recuperação teria sido mais lenta do que realmente foi.

8 CONCLUSÃO

É inegável que a eclosão da crise de 2008 gerou impactos na concessão de crédito bancário no Brasil. Porém esse impacto não foi igual em todos os bancos fazendo com quedas bruscas de um lado fossem amenizadas por concessões mais regulares de outro.

Quando analisamos o sistema financeiro nacional como um todo percebemos uma queda na taxa de crescimento do crédito de 14,47% para 4,02% verificada entre os períodos de dezembro de 2008 e junho de 2009. Já se formos analisar, no mesmo período, o sistema financeiro público, a queda foi de 19,11% para 11,11% o sistema financeiro privado nacional de 11,59% para 1,21% e o sistema financeiro privado estrangeiro de 12,86% para -1,91%.

Com base nesses dados pode-se perceber que o impacto da crise só não foi maior, pois os bancos públicos, banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, mantiveram um movimento de expansão do crédito. Isso ocorreu pois estes bancos, apesar de serem um misto de público e privado, ainda estão a serviço do Estado. Dessa forma quando todos os outros bancos estavam com problemas de liquidez e perda de grau de confiança, os bancos públicos não tinham as minhas preocupações, já que não sofrem das mesmas influências.

Para confirmar a hipótese de que os impactos na concessão de crédito teriam sido maiores caso o comportamento dos bancos públicos tivesse sido diferente foi feito um exercício de utilizar para o sistema financeiro público as mesmas taxas de crescimento observadas no sistema financeiro privado nacional e estrangeiro.

O resultado confirmou que caso o comportamento dos bancos públicos tivesse sido igual ao dos bancos privados a retração no crédito teria sido bem maior, chegando até a um crescimento negativo.

Quando utilizada a taxa de crescimento igual ao do sistema financeiro privado nacional a queda da taxa de crescimento do crédito entre os períodos de dezembro de 2008 a junho de 2009 no sistema financeiro nacional foi de 11,85% para 0,57%. Já quando a taxa utilizada é igual a do sistema financeiro privado estrangeiro a taxa de crescimento do sistema financeiro nacional cai de 12,30% para -0,54%. Uma queda ainda maior que a anterior.

Isso demonstra que apesar de todo o desconforto e incerteza gerados pela crise o Brasil conseguiu atravessá-la mantendo um nível razoável de crédito.

Também é possível destacar, mais uma vez, o papel dos bancos públicos no “amortecimento” da crise e na sua pronta recuperação, que haveria sido mais lenta caso eles não se comportassem de tal maneira.

A intenção neste trabalho não foi a de criticar os bancos privados e nem a de idolatrar os bancos públicos. O objetivo foi apenas de mostrar que os comportamentos foram diferentes durante a crise e que os bancos públicos puxaram a reação. É preciso, contudo, saber que tanto bancos públicos quanto bancos privados têm seus prós e contras e se houvesse uma má administração dos bancos públicos o cenário seria totalmente diferente. Essa e outras variáveis não foram abrangidas neste trabalho e podem ser objeto de um novo estudo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Operações de crédito no sistema financeiro nacional**. 2000-2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RED1-SPREAD>. Acesso em: 07/05/2012

BANCO DO BRASIL (BB). **Demonstrações Contábeis**. 2005-2011. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb>. Acesso em: 26/03/2012

BRADESCO. **Relatório de Análise Econômica e Financeira**. 2005-2011. Disponível em: <http://www.bradeskori.com.br/abertura.html> Acesso em: 26/03/2012

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Crise e Recuperação da Confiança**. Em: Dossiê da crise I. 2008

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demonstrações Financeiras**. 2005-2011. Disponível em: http://www14.caixa.gov.br/portal/acaixa/home/informacoes_financeiras/balancos_monstrativos. Acesso em: 02/04/2012

CARVALHO, Fernando Cardin. **Entendendo a Recente Crise Financeira Global**. Em: Dossiê da crise I. 2008

CARVALHO, Fernando Cardin et al.. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro, Campus. 2007

DE PAULA, Luis Fernando. **Bancos e crédito: a abordagem pós-keynesiana da preferência pela liquidez**. Em: Revista de Economia, v. 32, n. 2. Editora UFPR. 2006

FARHI, Maryse et al. **A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional**. Em: Dossiê da crise I. 2008

HSBC. **Demonstrações Financeiras**. 2005-2011. Disponível em: <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/pagina-inicial/resultados-financeiros>. Acesso em: 02/04/2012

ITAÚ. **Demonstrações Contábeis**. 2005-2011. Disponível em: <http://ww13.itau.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port>. Acesso em: 26/03/2012

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. (qualquer edição) Capítulo 12.

MINSKY, Hyman (2010). **Estabilizando uma Economia Instável**. São Paulo: Novo Século, Capítulos 9 e 10.

OREIRO, José Luis da Costa; BASILIO, Flavio Augusto Correa. **A Crise Financeira Brasileira: Uma Análise a Partir do conceito de fragilidade financeira à la Minsky**. Em: Dossiê da crise I. 2008

SILVA, Guilherme Jonas Costa; RESENDE, Marcio Flavio da Cunha. **A Crise Está Aí, E Agora?**. Em: Dossiê da crise I. 2008

TERRA, Fábio Henrique Bittes; SILVA, Guilherme Jonas Costa. **Prevenir é Melhor que Remediar: alternativas de políticas econômicas keynesianas para a prevenção de crises financeiras**. Em: Dossiê da crise II. 2010

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República**. Brasília. 2009 Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_09/index.htm. Acesso em: 15/05/2012